

PRECISAMOS FALAR SOBRE...

A necessária desconstrução do imaginário social no ensino da História e Cultura Indígena

Diversidade e Inclusão

**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO**
Guarulhos/SP

Departamento de Orientações
Educacionais e Pedagógicas - DOEP

Volume 12 de 25 - Fascículo 7



FORMAÇÃO
2020



**PREFEITURA DE
GUARULHOS**

Prefeitura de Guarulhos
Secretaria de Educação

Gustavo Henric Costa
Prefeito de Guarulhos

Alex Viterale
Secretário de Educação

Fábia Aparecida Costa
Subsecretária de Educação

Solange Turgante Adamoli
Diretora do Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas

FICHA TÉCNICA

Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas - DOEP

Divisão Técnica de Políticas Para Diversidade e Inclusão Educacional

Seção Técnica de Ações Educativas para Promoção da Igualdade Racial e de Gênero

Elaboração e autoria: Claudia S. Ferreira Lucena, Giselle C.A. Salazar, Lucília Ribeiro de Souza

Revisão de texto: Ana Paula Lucio Souto Ferreira

Divisão Técnica de Publicações Educacionais

Projeto Gráfico: Anna Solano e Eduardo Calabria.

Fotografia: Camila Rhodes e Eduardo Calabria.

Colaboração: Bárbara Braz, Carla Maio, Danielle Chaves, Diego Alves, Maira Kami, Mateus Barboza, Rodolfo Santana e Rodrigo Medrado.

Secretaria de Educação
Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo
Guarulhos/SP - CEP: 07113-040
Portal da Secretaria Municipal de
Educação de Guarulhos
<http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br>

Guarulhos, 2021



PRECISAMOS FALAR SOBRE...

A necessária desconstrução do imaginário
social no ensino da História e Cultura Indígena

Diversidade e Inclusão

Educadores da Rede Municipal de Guarulhos

A formação permanente, em face das constantes mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, sobretudo com o avanço tecnológico que nos impulsiona a uma formação humana alinhada às necessidades do século XXI, notadamente, constitui um dos elementos centrais para o enfrentamento dos desafios que surgem.

Nos últimos tempos, sobretudo ante as problemáticas agravadas e impostas pela pandemia de Covid-19, tem sido inegável a função social da escola pública, não somente em assegurar conhecimentos considerados relevantes para a formação dos educandos, mas como lugar de aprendizagem dos sujeitos em sua integralidade, considerando as diversas dimensões do desenvolvimento humano, por meio de um processo educativo que viabilize o uso de diferentes espaços da escola e do território em que se encontra, e que também valorize as interações sociais estabelecidas, em busca da formação de cidadãos críticos e autônomos, capazes de fazerem uso dos conhecimentos aprendidos para o bem comum e para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Isso só é possível quando os profissionais da educação, trabalhando em conjunto, promovem ações que favoreçam o exercício de uma escuta ativa e a abertura de espaços de atuação participativa, que garantam aos educandos “vez e voz”, para que possam assumir seu papel de protagonistas no processo educativo.

As publicações que compõem esta coletânea são o resultado da sistematização da formação permanente realizada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA Currículo, no ano de 2020, que compôs a jornada de trabalho dos servidores da Educação durante as medidas de combate e prevenção ao SARS-CoV-2, tais como o distanciamento físico das escolas e equipamentos de educação e o isolamento social, a fim de se manter o compromisso com a valorização profissional.

Assim, desejamos que essas publicações sejam parte da história coletiva da Rede Municipal, cujo sucesso se vê, de fato, no chão da escola, objetivo maior do nosso trabalho.

Boa leitura e reflexões!

Alex Viterale

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	7
2. O ensino sobre a História e Cultura Indígenas: Indagações necessárias.....	9
3. Com a palavra... Prof. Maurício Pinheiro: Povos Indígenas, mais de 500 anos de luta e resistência	13
4. Vozes da resistência.....	29
5. Com a palavra... Robson Digrisolo: A História dos Povos Indígenas em Guarulhos: participação, movimento e resistência.....	35
6. Diálogos sobre a implementação da Lei N° 11645/08 no cotidiano da escola.....	39
7. Arte e Cultura Indígena: Ressignificando o olhar.....	45
7.1 E Lá Na Escola...Com Prof. Budga Deroby Nhambiquara.....	48
8. Com A Palavra...Prof.^a Dr^a Betania Libaneo: Maromomi.....	53
9. Literatura Indígena: Outras histórias...nossas histórias.....	61
10. Vale a pena conferir!.....	65
Referências.....	68

1. APRESENTAÇÃO

Aos Educadores e a quem mais se “achegar”:

[...] esta é minha história/Tenho muito pra contar!

Estão nas linhas invisíveis, nas sombras das folhas, no silêncio dos parágrafos. Abre esses teus olhos de ver e esses teus ouvidos de ouvir e vem ver o mundo[...]

¹Márcia Wayna Kambeba

Queremos convidá-los(as) a aproximarem olhares e escutas daquilo que sempre estive perto (*apêmán* para o povo Kayapó), mas nem sempre conseguimos ver e ouvir.

Assim, esta publicação tem como principal perspectiva ser um elemento de reflexão e, porque não dizer de reação.

No decorrer da História, nossa sociedade tem se distanciado das necessidades dos povos indígenas, compondo um cenário no qual não se considera a importância da preservação destes povos, a manutenção de suas terras e o respeito às suas manifestações culturais.

Neste sentido, a escola como espaço importante na construção de conhecimentos e valores, pode e precisa retomar a história da colonização do Brasil, buscando desvelar versões alicerçadas no eurocentrismo, objetivando assim, a visibilidade, o reconhecimento e a valorização da trajetória dos povos originários.

Diante deste desafio, a educação tem como perspectiva favorecer a implementação da **Lei 11.645/2008**, que “*estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”*”.

¹ Márcia Wayna Kambeba, da etnia Omágua/Kambeba poeta e geógrafa. Trecho do poema Ay Kakyrytama: eu moro na cidade (2018).

Nesta direção é primordial que se oportunize momentos formativos sobre as questões indígenas, que possam promover reflexões sobre as visões que temos sobre os indígenas e como estas direcionam a prática educativa.

Esperamos que esta publicação possa contribuir nesse processo, que instale em cada um(a) o desejo por uma educação com horizontes para a reparação da história dos povos indígenas, que respeite a diversidade, celebre o multiculturalismo e busque desconstruir estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações que corroem nossa humanidade.

2. O ENSINO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: INDAGAÇÕES NECESSÁRIAS

Lei 11645/08

De 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Ao abordar o ensino sobre a história e cultura indígena a primeira questão que se coloca é compreendermos em que perspectiva se dá a **Lei 11.645/08**. O advento desta lei resulta de uma demanda histórica do movimento indígena que coloca para a educação escolar o desafio social e político de trabalhar criticamente as matrizes de nossa formação cultural.

A incorporação da temática indígena nos currículos escolares tem como premissa o reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas, dentre estes, a essencial reparação histórica e cultural das visões distorcidas instaladas há quatro séculos.

Nesse sentido, traçar novos rumos para o que se ensina nas escolas sobre a História do Brasil, passa necessariamente pela desconstrução das bases eurocêntricas que definem os currículos. Sabemos que não se trata de um processo simples, afinal foram anos de uma narrativa unilateral por parte dos não-índios, que resultou na internalização de formas de ver e compreender a constituição do que somos hoje.

É importante salientar o contrassenso que caracteriza a nossa sociedade, pois se de um lado evidenciamos a pluralidade étnica como um valor, de outro a prática revela, dentre outros aspectos contraditórios, uma certa naturalização da dimensão perversa da colonização, como se o número exorbitante de indígenas dizimados atendessem a uma demanda inevitável de desenvolvimento social, aliás, uma visão ainda presente quando se trata da demarcação de terras indígenas, mas há também outro ponto crítico a ser destacado: o não reconhecimento da história e cultura indígena como sendo a nossa, é o que traz José Ribamar Bessa Freire (2010), em seu artigo Cinco Ideias Equivocadas Sobre os Índios:

“É importante discutir essas ideias equivocadas, porque com elas não é possível entender o Brasil atual. Se nós não tivermos um conhecimento correto sobre a história indígena, sobre o que aconteceu na relação com os índios, não poderemos explicar o Brasil contemporâneo. As sociedades indígenas constituem um indicador extremamente sensível da natureza da sociedade que com elas interage. A sociedade brasileira se desnuda e se revela no relacionamento com os povos indígenas. É aí que o Brasil mostra a sua cara. Nesse sentido, tentar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer “o outro”, “o diferente”, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos.”

Vários pesquisadores(as) sobre este tema no Brasil reafirmam a necessidade de mudanças destes paradigmas em todas as áreas da sociedade. Quanto ao campo da educação, imprescindível nesse processo, obteve com a promulgação da Lei 11645/08, um significativo ponto de partida onde, ao levantar a importância das práticas sobre a história e cultura indígena, temos então a demanda por uma boa formação docente, seja em seu curso inicial nas universidades ou na formação continuada.

Sobretudo, é fundamental ampliar nossos conhecimentos sobre os saberes indígenas e os processos de colonização da América à luz de pesquisas no campo da antropologia e história, mas prioritariamente pela percepção histórica narrada e escrita por indígenas.

Até os anos 80 havia duas noções de ‘índios’, um ágrafo (por não apresentarem histórias escritas), mais do que isso: **não haviam interlocutores**, ou seja, um total desinteresse em ouvir o que os indígenas tinham a dizer, a outra era de “povos em extinção” devido ao intenso extermínio, isolamento, integração. Essas narrativas vêm se modificando, teve início com os movimentos indígenas entre os anos 70 e 80, desde então, é a partir de muita luta que buscam fazer valer seus posicionamentos na construção de textos oficiais, que tratem do destino dos povos indígenas, um marco neste processo foi o artigo 231 da Constituição Federal.

Entender todo o processo para a conquista da Lei 11645/08 é fundamental por si só, pois entender as lutas do Movimento Indígena é apresentar a história das mobilizações onde muitos indígenas deram suas vidas para conquistas de direitos, não esqueçamos do indígena Galdino Pataxó:

No dia 20 de abril de 1997, Galdino Jesus dos Santos, com 44 anos, estava na cidade de Brasília para tratar de questões relativas à demarcação das terras indígenas do seu povo, quando foi brutalmente assassinado por cinco

rapazes, que atearam fogo em seu corpo enquanto dormia no banco de uma parada de ônibus na avenida W3 Sul, na região central da cidade. Por seu caráter brutal e pela relevância de suas ações naquele momento, este fato teve repercussão nacional, dando notoriedade ao caso e aos conflitos de terra que atingiam o povo Pataxó HãHãHãe. (Os Brasis e suas Memórias).

Compreendemos que apresentar tais fatos históricos é também contribuir para os estudos acerca da temática indígena contemporânea, afinal de contas os indígenas se encontram presentes, vivos nas nossas palavras, em nossos costumes, na preservação ambiental, longe de ser uma espécie em extinção!

Deste modo, percebe-se que a população indígena não só não foi extinta, mas pelo contrário, hoje são protagonistas de suas histórias e não mais objetos de estudo. Sugerimos que vejam o vídeo “Demarcação Já!” e “Extinção da Tribo Oti-Xavanti”, onde a última sobrevivente Maria Rosa se impressiona com um gravador, até então nunca visto por ela. ***Maria Rosa faleceu e com ela muito conhecimento sobre nossas raízes...nossas histórias.***

3. COM A PALAVRA... PROF. MAURÍCIO PINHEIRO: POVOS INDÍGENAS, MAIS DE 500 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA



Mauricio Pinheiro - Professor Universitário

Mestre em História e Sociedade, linhas de pesquisa: Identidades Culturais, Etnicidades e Migrações, pela Universidade Paulista - UNESP/Assis.

Autor do e-livro: Santuário de Nossa Senhora do Bonsucesso: Uma longa tradição Profana. Acesso: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93424>

“Nuestra lucha es por la tierra, y el mal gobierno ofrece cementerios”²

EZLN

São mais de 500 anos de luta e resistências, desde que o colonizador chegou nessas terras e trouxe consigo a ganância pelas riquezas que encontrou em abundância, usou de todos os recursos para dominar os povos originários e escravizá-los. Tomou posse da terra e das gentes.

Para os nativos, **resistir** se tornou a única alternativa possível para **existir**, pois a vida não se dá fora da cultura que a sustenta. Um modo de vida onde necessariamente é preciso manter-se culturalmente vivo: em seu modo de vida, suas espiritualidades e a relação sagrada com a terra.

A principal luta de resistência dos povos indígenas é **permanecer indígena**, pois desde o início da colonização até os dias de hoje, eliminar os indígenas, seja por políticas de “civilizar e integrar à sociedade”, ou simplesmente exterminar, tem sido uma prioridade do Estado. O fio condutor que orienta as ações deste tem se mantido o mesmo: **a posse da terra e das riquezas que poderão explorar**.

Logo na chegada os colonizadores já demonstraram suas intenções e depois ao longo dos tempos foram se confirmando. Antes de pisar na terra, Cabral foi nomeando a terra: Monte Pascoal, Terra de Santa Cruz e por fim Brasil, ou mesmo América, homenageando o explorador italiano Américo Vespúcio.

² Comité Clandestino Revolucionário Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.- México, enero de 1996 – Acesso: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/> - Nossa luta é pela terra, e o mau governo oferece cemitérios.

Os europeus não reconheceram que os povos nativos possuíam sua própria dinâmica, e como nos ensina Todorov:

*"A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, desta forma, o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o se tomou posse dele, como se fora virgem"*³.

O objetivo nunca deixou de ser o de colonizar, como afirma Gómara: "Sem colonização não há uma boa conquista, e se a terra não é conquistada as pessoas não serão convertidas. Portanto, o lema do conquistador deve ser colonizar"⁴.

E assim se deu o empreendimento dos colonizadores, usurpar as riquezas e dominar os nativos. Não encontraram uma terra virgem. Aqui viviam e ainda vivem muitos povos, a América ou o Brasil tem outros nomes que os povos originários atribuíram para estas terras antes da chegada dos colonizadores, não um único nome, mas vários diante da diversidade de povos e culturas, para uns **Abya-Yala, Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama**.

Duas visões principais foram se construindo a partir da perspectiva do Europeu. Pero Vaz de Caminha em 1500, enfocou os 'índios' "comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do Jardim do Éden" (Bettencourt, 1992:41)⁵. O Paraíso na terra.

Em alguns trechos da famosa carta remetida ao Rei D. Manuel reportando o "achamento" do Brasil, Caminha assim sintetizou suas impressões sobre os indígenas:

"Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos (...) se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual preza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E, pois, Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa (Caminha, 1999:54)."

³ Todorov, T., 1983. A Conquista da América – A questão do outro, São Paulo. Martins Fontes.

⁴ Francisco Lopes de Gómara, História General de las Índias, Madrid, 1852, p.181. in: Bethell. Leslie (org.) História da América Latina. Vol. 1. Edusp. São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão. 2004

⁵ Bettencourt, Lucia. "Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios". In: Grupioni, Luís Donisete Benzi (org.). Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.39-46.

Para outros, foram vistos como demônios, fato que justificou as “guerras justas” contra os indígenas que recusaram o domínio do colonizador. Para o Franciscano André Thevet, os ‘índios’ eram:

“Canibais da terra firme e das ilhas cujas terras vão do Cabo de Santo Agostinho às proximidades do Marinhão, são os mais cruéis e desumanos de todos os povos americanos, não passando de uma canalha habituada a comer carne humana do mesmo jeito que comemos carne de carneiro, se não até mesmo com maior satisfação. (...) Não há fera dos desertos d’África ou d’Arábia que aprecie tão ardentemente o sangue humano quanto estes brutíssimos selvagens. Por isso não há nação que consiga aproximar-se deles, seja cristã ou outra qualquer. (...) Os mais dignos dentre eles não são merecedores de nenhuma confiança. Eis por que os espanhóis e portugueses lhes fazem eventuais represálias, em memória das quais só Deus sabe como devem ser tratados pelos selvagens quando estes os prendem para devorá-los” (Thevet, 1978:199).⁶

Se para o colonizador tratava-se de chegar ao novo mundo, tomar a posse da terra e de tudo que estivesse sobre ela, para os povos nativos representou outra dinâmica só possível de ser interpretada como subjugação, domínio, escravização e morte.

Modos de matar: o **Etnocídio** caracterizado pela destituição da cultura, impondo para os nativos outro modo de vida, outra religião e submissão; **Genocídio**, a morte física; **Ecocídio**, termo usado para designar a destruição de ecossistemas, a humanidade e a vida não humana⁷. **Genocídio, Etnocídio e Ecocídio, constituem práticas ainda em curso.**

Com esse pequeno texto Galeano nos ajuda a entender a profunda ruptura causada pelo colonizador:

“Em 1492 os nativos descobriram que eram índios, descobriram que viviam na América, descobriram que andavam nus, descobriram que existia o pecado, descobriram que deviam obediência a um rei e a uma rainha de outro mundo e a um deus de outro céu e que esse deus havia inventado a culpa e a roupa e havia mandado queimar vivo quem adorasse o sol, a lua e a terra que a chuva molha”⁸.

⁶ Thevet, André. As singularidades da França Antártica. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

⁷ O ESTADO E OS POVOS INDÍGENAS: genocídio, etnocídios, ecocídio, assassinatos, criminalização, retirada de direitos, legislação anti-indígena, exploração das terras indígenas por mineradoras, agronegócio, garimpos, madeireiros, entre outros, América - para os nativos Abya-Yala

Para muitos povos indígenas o conceito de humanidade se estende a tudo que faz parte da natureza, uma mesma ancestralidade, para exemplificar veja esse texto do Ailton Krenak: (...) fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. Li uma história de um pesquisador europeu do começo do século XX que estava nos Estados Unidos e chegou a um território dos Hopi. Ele tinha pedido que alguém daquela aldeia facilitasse o encontro dele com uma anciã que ele queria entrevistar. Quando foi encontrá-la, ela estava parada perto de uma rocha. O pesquisador ficou esperando, até que falou: “Ela não vai conversar comigo, não?”. Ao que seu facilitador respondeu: “Ela está conversando com a irmã dela”. “Mas é uma pedra.” E o camarada disse: “Qual é o problema?”

⁸ Galeano Eduardo. De: “Los hijos de los días” Ed. Siglo XXI de España Editores – 2012.

Se para o colonizador era um “novo mundo” a ser explorado e a possibilidade de gerar riquezas infinitas para os povos indígenas, a colonização impôs e ainda impõe um longo e intenso processo de genocídio, etnocídio e ecocídio.

São poucas as informações acerca da população indígena que vivia no território que hoje conhecemos como Brasil na época da invasão⁹. São dados recuperados a partir de cartas de viajantes, cronistas e exploradores, por esta razão não se tem um dado exato, entretanto, é possível verificar o intenso processo de depopulação e extinção de etnias.

Os testemunhos dos cronistas apontam para uma grande densidade populacional no continente. Entre os historiadores e demógrafos da história há um consenso que habitavam uma população que poderia ir de **1,5 milhão até 8,5 milhões de habitantes e entre 1000 a 1400 etnias**.

Segundo Maria Luiza Marcílio, especialista em demografia histórica, estima-se que a população indígena era cerca de 2.431.000 habitantes em 1500, enfatizando o caráter precário e incompleto das fontes coloniais. Já o etnólogo Curt Nimuendaju assinalou no seu mapa etno-histórico a existência de cerca de 1400 povos indígenas no Brasil.

O IBGE, no Censo de 2010, aferiu que a população indígena é de 817.962 pessoas, 305 povos indígenas e 274 línguas¹⁰ faladas, ainda são mais de 70 povos auto isolados com quem não se tem contato.

Ao compararmos os dados da época da invasão aos dados de 2010 fica evidente que houve durante estes séculos uma diminuição extrema da população indígena e extinção de povos. O dado mais baixo é que haviam em torno de 1000 etnias, hoje contamos com 305 povos, numa análise mesma que superficial, fica evidenciado o genocídio.

Como apontamos neste texto, a ambição e ganância são os eixos norteadores desse genocídio sem precedentes na história da humanidade, que não pode ser comparado com nenhum outro que tenha ocorrido, isso porque tratamos aqui de uma prática que perdura por mais de 500 anos.

Os primeiros contatos foram mortais para os povos indígenas, uma vez que as doenças trazidas pelos brancos¹¹ eram fatais, uma simples gripe poderia dizimar centenas de indígenas, por estarem isolados do mundo dos brancos não possuíam defesas para essas doenças, muitos povos ainda não a possuem, um caso esclarecedor foi o contato com o Povo Yanomami.

O Xamã Davi Kopenawa Yanomami relata a experiência da chegada da Comissão de Limites¹². Levou um tempo até que puderam entender os objetivos dessa comissão, Davi Yanomami dedica uma longa fala acerca disso. A seguir exporemos uma pequena parte dessa fala:

“Muito mais tarde, já adulto, comecei a me perguntar o que os brancos tinham vindo fazer em nossa floresta naquele tempo. Acabei entendendo que queriam conhecê-la para desenhar seus limites e, assim, poder se apoderar dela. Nossos antigos não sabiam imitar a língua daqueles forasteiros. Por isso os deixaram chegar perto de suas casas sem hostilidade. Se tivessem entendido as palavras deles tão bem quanto as nossas, com certeza os teriam impedido de entrar em sua floresta com tanta facilidade! Acho, no final, que foram enganados por aqueles napë⁸ que exibiam seus objetos manufaturados com boas palavras: “Vamos ficar amigos! Vejam, estamos dando uma grande quantidade de nossos bens de presente a vocês! Não estamos mentindo!”. Aliás é sempre assim que os brancos começam a falar conosco! Depois, logo atrás deles chegam os seres da epidemia xawara⁹ e então começamos a morrer um atrás do outro. (...). Foi assim que desapareceram quase todos os meus maiores, só por querer fazer amizade com os brancos. (Kopenawa: 245)¹⁵

São inúmeros os casos de tentativas de genocídio. O que podemos afirmar é que as “Guerras Justas” realizadas contra os povos que recusaram submeter-se ao poder colonial ainda seguem ocorrendo. No entanto, a palavra guerra não é

⁹ A palavra descobrimento deveria ter sido usada por assim constar na literatura quando trata da chegada dos europeus, entretanto esse conceito tem outras possibilidades, para uns é achamento, para os povos indígenas é invasão. Minha posição está de acordo com a visão dos povos indígenas, considerando que aqui já existiam povos e diversidade cultural, a chegada dos europeus pode e deve ser entendida como invasão.

¹⁰ É preciso não confundir as línguas indígenas com dialetos ou derivações do português.

¹¹ Brancos é uma definição genérica, significa todos aqueles que não são indígenas, não é uma referência a cor da pele, mas uma resignificação para outra generalização feita pelos europeus ao designarem todos os habitantes que encontraram como índios desconsiderando a diversidade de povos. Índio é uma palavra construída pelos colonizadores e desconsidera a diversidade étnica, constitui um “equívoco dos invasores que, ao aportarem na América, pensavam ter chegado na Índia”. Indígena – Deriva do latim – significa “gerado dentro da terra que lhe é própria, originário da terra em que vive”. Há povos indígenas no Brasil, na África, na Ásia, na Oceania, e até mesmo na Europa.”. Castro, Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria. REVISTA IHU ON-LINE – Acesso em 13/09/2017 – <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/554056-povos-indigenas-os-involuntarios-da-patria>

¹² Até o fim do século XIX, portanto, os Yanomami mantinham contato apenas com outros grupos indígenas vizinhos. No Brasil, os primeiros encontros diretos de grupos yanomami com representantes da fronteira extrativista local (baleiros, piaçabeiros, caçadores), bem como com soldados da Comissão de Limites e funcionários do SPI ou viajantes estrangeiros, ocorreram nas décadas de 1910 a 1940. Entre os anos 1940 e meados dos anos 1960, a abertura de alguns postos do SPI e, sobretudo, de várias missões católicas e evangélicas, estabeleceu os primeiros pontos de contato permanente no seu território. Estes postos constituíram uma rede de polos de sedentarização, fonte regular de objetos manufaturados e de alguma assistência sanitária, mas também, muitas vezes, origem de graves surtos epidêmicos (sarampo, gripe e coqueluche). Nas décadas de 1970 e 1980, os projetos de desenvolvimento do Estado começaram a submeter os Yanomami a formas de contato maciço com a fronteira econômica regional em expansão, principalmente no oeste de Roraima: estradas, projetos de colonização, fazendas, serrarias, canteiros de obras e primeiros garimpos. Esses contatos provocaram um choque epidemiológico de grande magnitude, causando altas perdas demográficas, uma degradação sanitária generalizada e, em algumas áreas, graves fenômenos de desestruturação social. Acesso: http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/base_ini.htm

¹³ Brancos ou inimigos na língua Yanomami.

¹⁴ Seres/espíritos da epidemia.

¹⁵ Kopenawa, Albert, Bruce, Davi. A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami. Trad. Beatriz Perroni-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro – 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

adequada para descrever o que acontece, não há dois lados em conflito em condições de igualdade, pelo contrário.

Recentemente pesquisadores da Comissão da Verdade¹⁶ redescobriram documentos escritos que fazem parte do Relatório Figueiredo que comprovam a ação do estado brasileiro durante as ditaduras civil/militar no período. Esses documentos comprovam que em 1971 durante o Governo ditatorial do General Garrastazu Médici, mais de 8 mil indígenas foram mortos para que fosse construída uma estrada no estado do Amazonas, atendendo aos interesses dos latifundiários, mineiradores, garimpeiros e madeireiros.

Tramitam no Congresso Nacional inúmeros projetos de lei para reduzir ou retirar direitos previstos na Carta Constitucional de 1988, na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho e outros instrumentos produzidos na ONU¹⁷. Abaixo reproduzo o artigo 231 da CF/88.

*Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*¹⁸

O Conselho Indigenista Missionário – CIMI, apresentou em 2018 um relatório sobre a ação de parlamentares que se caracterizam por defenderem uma pauta anti-indígena no Congresso Nacional, identificando as proposições em tramitação:

*‘Há, hoje, 33 proposições anti-indígenas em tramitação no Congresso e no Senado. Somadas às propostas pensadas por tratarem de temas semelhantes, elas ultrapassam uma centena. Das 33 proposições anti-indígena apuradas, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações*¹⁹ de

¹⁶ A comissão da Verdade foi criada pela Lei nº 12.528/2011, sancionada em 18 de novembro de 2011 e instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo era investigar as violações de direitos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, feitas por “agentes públicos”, pessoas a seu serviço, com o apoio ou no interesse do estado brasileiro”. Formada por sete membros nomeados pela Presidente Dilma Rousseff, amparados por assessores, consultores e pesquisadores. Já o Relatório Figueiredo foi formulado em 1967 com mais de sete mil páginas elaboradas pelo procurador Jader de Figueiredo Correia por solicitação do ministro do interior brasileiro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. No relatório encontramos relatos das violências praticadas por latifundiários brasileiros e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio-SPI contra indígenas brasileiros entre as décadas de 1940/1960.

¹⁷ Em função do espaço disponível para este artigo, indico a leitura dos tratados internacionais. Segue os links: Convenção 169/OIT – Organização Internacional do Trabalho. Acesso em: https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA._169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – Acesso em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

¹⁸ Constituição Federal/1988.

¹⁹ Demarcação de Terras Indígenas constitui um instrumento jurídico que visa identificar, reconhecer e homologar as terras indígenas. Para isso são realizados estudos de identificação, depois segue para aprovação da Funai que é incumbida contestar possíveis contestações que apareçam com o intuito de impedir que a terra seja demarcada, passada esta fase os limites da TI são declarados e é feita a demarcação física do território em seguida segue para o Ministério da Justiça onde a TI é homologada e por último a Presidência da República faz o registro da terra e encerra o processo.

Terras Indígenas (TI) – oito sustam portarias declaratórias; seis transferem ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras; as outras três correspondem a autorizar arrendamento em TI, impedir a desapropriação para demarcações de TI e estabelecer indenização para invasores que ocuparam TI após 2013. Em 2017, contabilizou-se 848 tramitações de projetos de leis anti-indígenas. Um levantamento da agência Pública, com base nas informações mapeadas pelo Cimi, identificou que os parlamentares ruralistas trabalharam incansavelmente para fazer que as 33 propostas contra os indígenas avancem. Isso fez com que as violências ruralistas sobre os direitos constitucionais das populações tradicionais atin-gissem 1.930 procedimentos legislativos em 2 anos – de 2015 a 2017. Esse número é maior que o de 20 anos, que chegou em 1.926 de 1995 até 2014.²⁰

Não bastasse essa enxurrada de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, o atual governo declarou que não vai demarcar mais nenhuma terra indígena. Cabe mencionar que também aumentou, consideravelmente, as invasões por madeireiros, garimpeiros ilegais, incêndios criminosos nas florestas e em terras indígenas incluindo neste cenário ataques aos povos indígenas e muitos resultando em mortes. Nos últimos 26 anos foram mortas 26 lideranças indígenas, sendo que só no ano de 2019 computamos a morte de 09 lideranças, o que corresponde ao maior número de mortos durante todo esse período.

Com relação às terras, o Ministério da Justiça devolveu para a Funai 17 processos que estavam em fase de homologação para serem revistos segundo o critério do Marco Temporal, que em última instância determina que só podem ser consideradas como terras indígenas aquelas que foram identificadas até a data da promulgação da Constituição/1988. Caso estes processos sejam revistos e negadas as demarcações, todas as terras indígenas demarcadas após 1988 poderão também sofrer processos de revisão e cancelamento destas áreas, além disso passarão a ser objeto de revisão todas as outras terras demarcadas antes de 1988, se prevalecer os critérios adotados na Demarcação da TI Raposa Serra Sol.²¹

Certamente há muito o que dizer acerca das ações do Estado brasileiro e buscando trazer um resumo que nos permita ao menos ter a dimensão do impacto sobre os povos, compartilho a seguir breve texto de Casé Angatu e Ayra Tupinambá²²:

²⁰ Relatório: Congresso Anti-Indígena Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos dos povos indígenas setembro de 2018 Organização Guilherme Cavalli/CIMI – Acesso: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/congresso-anti-indigena.pdf>

²¹ O processo de Demarcação da TI Raposa Serra Sol foi polêmico e acabou sendo decidido no Superior Tribunal Federal-STF que impôs 19 condicionantes para efetivar o processo demarcatório. A partir dessas condicionantes a Advocacia Geral da União-AGU lançou a Portaria 303 de 16 de julho de 2012. Mais informações acesse: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511958-portaria-303-e-importante-destacar-a-mudanca-de-postura-da-agu-entrevista-especial-com-raul-do-valle->, depois de vários protestos a portaria foi arquivada. O Governo Temer promove a modificação dos critérios para a demarcação das terras indígenas, retirando em parte os poderes da FUNAI, criando um Grupo de Trabalho com outras entidades, incluindo ruralistas que são antiindígenas.

²² Casé Angatu e Ayra Tupinambá são indígenas e vivem no Território Indígena Olivença dos Tupinambás. Ilhéus/Bahia.

Esquemáticamente assinalamos que essa intenção tem marcado as formas pelas quais as transgressões de direitos indígenas ocorreram e ocorrem historicamente na formação do estado e da sociedade nacional brasileira. Por um lado, a ação de longo prazo de assimilar e civilizar as populações indígenas – o que chamamos de tentativa de etnocídio; por outro lado, a procura por criminalizar e eliminar fisicamente as populações originárias – o que denominamos de tentativa de genocídio. (...) Exemplares, nesse sentido, são as tentativas de catequização e evangelização, principalmente pelos Aldeamentos Indígenas/Jesuíticos do século XVI e que ainda permanecem através de diferenciadas ações de ordens e organizações religiosas. (ANGATU; p.30)

Também expressivas foram as ações de assimilação à sociedade nacional, promovidas pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI e as ações do marechal Cândido Rondon, desde a primeira metade do século XX.²³ A Fundação Nacional do Índios – FUNAI foi criada em substituição ao SPI em 05/12/1967. Apesar de encontrarmos práticas diferenciadas, esse órgão, criado durante a ditadura militar brasileira, pelo menos em seu início seguiu muitos dos parâmetros de atuação estabelecidos pelo SPI. Por fim, o Estatuto do Índio promulgado pela Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, em plena ditadura militar-civil, é outro exemplo na busca pela integração nacional do índio.

Outra ação recorrente do estado brasileiro em relação aos Povos Indígenas é a procura de integração do chamado desenvolvimento econômico nacional. Isto ocorre, por vezes, de forma forçada como a implementação da Lei de Terras de 1850. Outros exemplos nessa direção ocorreram durante o desenvolvimentismo econômico promovido pela ditadura militar e pela implementação de alguns dos projetos do Programa de Aceleração do do Crescimento – PAC.²⁴ (ANGATU; p 30 e 31)²⁵

Contrastando com a lógica do capitalismo, para os povos indígenas a terra é sagrada. Na América recebe nomes como Pachamama²⁶ ou aqui Mãe Terra e carrega uma unicidade que a torna inseparável do próprio indígena. Ao contrário do modo que os brancos se relacionam com a terra que a vê como propriedade individual.

Para os povos indígenas, a terra não lhes pertence, não é sua propriedade, mas seu oposto, o indígena pertence a terra, expropriar a terra é retirar sua ancestralidade, sua espiritualidade, sua identidade, seu pertencimento, causar sua morte, mesmo que não seja a morte física.

²³ O serviço de Proteção ao Índio – SPI foi criado pelo presidente Nilo Peçanha através do Decreto 8.072, criando o SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Futuramente passou a denominar somente como Serviço de Proteção aos Índios-SPI. Segundo pesquisas que realizamos e orientamos, ponderando sobre a legislação da criação e regulamentação do SPI o estado procurava ingerir sobre as vivências das populações indígenas, impondo outra ordenação social, cultural e territorial. Cf. FERREIRA, Talita Almeida. Posto Indígena Paraguaçu: Território de Conflitos e Resistência Indígena (1926-1936) Monografia Apresentada ao Curso de Especialização em História. Ilhéus/BA, 2012; Vieira, Sandra Nascimento. Pataxó HãHãHãe de Pau /brasil: do Posto Caramuru Paraguaçu ao Direito das Terras Indígenas. Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz-Ilhéus/BA, Set. 2016; SANTOS, Alex Jamari Souza dos. Posto Indígena Caramuru, Catarina Paraguaçu: Precedentes, legislação e arrendamento – sujeitos, ações e conflitos (entre as décadas de 1920-1960). Monografia apresentada junto ao Curso de Especialização em História-Ilhéus/BA, 2012. Esta nota compõe o texto que estamos reproduzindo.

Os índios são os primeiros indígenas do Brasil. As terras que ocupam não são sua propriedade — não só porque os territórios indígenas são “terras da União”, mas porque são eles que pertencem a terra e não o contrário. Pertencer a terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena.

E nesse sentido, muitos povos e comunidades no Brasil, além dos índios, podem se dizer, porque se sentem, indígenas muito mais que cidadãos. Não se reconhecem no Estado, não se sentem representados por um Estado dominado por uma casta de poderosos e de seus mamulengos e jagunços aboletados no Congresso Nacional e demais instancias dos Três Poderes. Os índios são os primeiros indígenas a não se reconhecerem no Estado brasileiro, por quem foram perseguidos durante cinco séculos: seja diretamente, pelas “guerras justas” do tempo da colônia, pelas leis do Império, pelas administrações indigenistas republicanas que os exploraram, maltrataram, e, muito timidamente, as vezes os defenderam (quando iam longe demais, o Estado lhes cortava as asinhas); seja indiretamente, pelo apoio solícito que o Estado sempre deu a todas as tentativas de desindianizar o Brasil, varrer a terra de seus ocupantes originários para implantar um modelo de civilização que nunca serviu a ninguém se não aos poderosos.

Um modelo que continua essencialmente o mesmo há quinhentos anos. (CASTRO. p, 190)²⁷

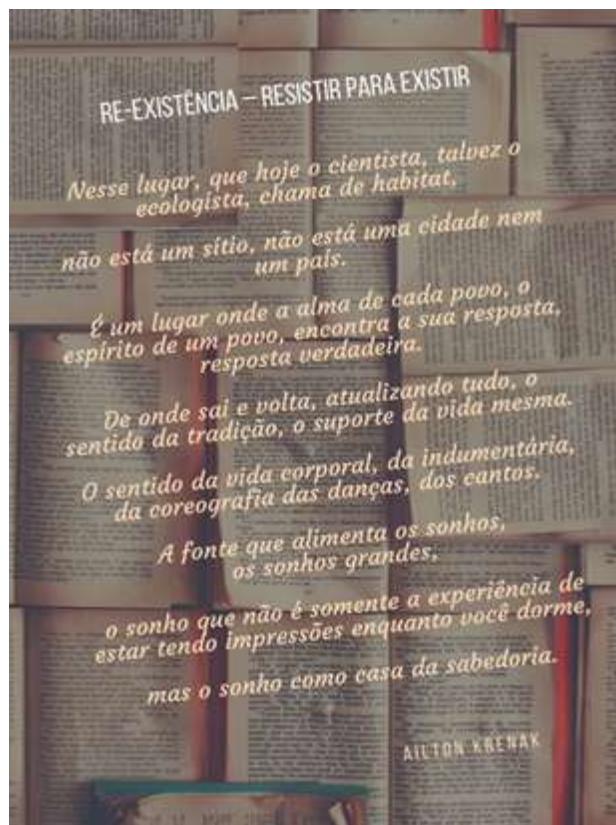
A defesa da terra é a mais importante luta que os povos indígenas travam e o fazem há mais de cinco séculos. O fato de que ainda existem e que não falamos deles como seres de um passado remoto, já é uma demonstração inequívoca da sua enorme capacidade de resistir.

²⁴ O PAC foi criado em 2007. Uma proposta desenvolvimentista que atingiu muitos povos indígenas com a construção de hidrelétricas, como exemplo a Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu que interferiu decisivamente no modo de vida dos Povos que vivem na Reserva do Parque do Xingu, na Transposição do Rio São Francisco que afetando ribeirinhos, sertanejos, e povos indígenas, incluindo povos que lutavam pela demarcação do seu território como povo indígena Pipipã em Floresta (PE) com corte de árvores sagradas, entre outros projetos.

²⁵ ANGATU, Casé (Carlos José Ferreira dos Santos. AYRA Tupinambá (Vanessa Rodrigues dos Santos) Protagonismos Indígenas: (re) existências indígenas e indianidades. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. ROSSI, Mirian Silva. (ORG). Índios no Brasil – Vida Cultura e Morte. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2018.

²⁶ Pachamama – Mãe terra. Palavra em Quéchua, uma das línguas faladas pelos povos andinos

²⁷ Castro. Eduardo Viveiros de Os Involuntários da Pátria. Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016 e publicado pela Revista ARACÊ – Direitos Humanos em Revista | Ano 4 | Número 5 | Fevereiro 2017



Num breve retorno a um passado constatamos que desde o início da colonização os europeus enfrentaram resistência de povos indígenas. Alguns exemplos: o “Cercos de Piratininga”, como evidencia Monteiro, “entre 1560 e 1563, “os Tupiniquins, liderados por Piquerobi e Jagoanhara, respectivamente irmão e sobrinho de Tibiriçá fizeram cerco à nova vila ameaçando-a de extinção”¹⁸ e a Confederação dos Tamoios.

Em 1560, Mem de Sá invade o Sul da Bahia sob o pretexto da guerra justa “Guerra dos Ilhéus”,

“Neste tempo veio recado ao governador como o gentio topenequin da Capitania dos Ilhéus se alevantara e tinha mortos muitos cristãos e distroidos e queimados todos os engenhos dasuqueres e os moradores estavam serquados e não comião ja a senão laranjas e logo o puz em conselho e posto que muitos erão que não fosse por não ter poder para lhes resistir nem o poder do imperador fui com pouca gente que me seguiu e na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava sete léguas da vila em um alto pequeno toda cercada d’água ao redor d’alagoas e as passamos com muito trabalho e ante manhã duas horas dei n’aldeia e a destroi e matei todos os que quiseram resistir e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atraz e por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao

²⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. Mana, vol.16, n. 2, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n2/07.pdf>

longo da praia lhe fiz algumas ciladas onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado mar costa brava mandei outros índios traz êles e gente solta que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum topenequim ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os pozeram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua fiz outras muitas saídas em que destroi muitas aldeias fortes e pelejei com êles outras vezes em que foram muitos mortos e feridos e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas onde matavam os cães e galos e constrangidos da necessidade vieram a pedir misericórdia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassallos de sua alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos tudo acceitaram e fizeram e ficou a terra pacifica em espaço de trinta dias onde fui a minha custa dando mesada a toda a pessoa honrada e tão bem digo e tão boa como é notório”.²⁹

Mem de Sá declara que após o massacre a “terra ficou pacífica”, entretanto os Tupinambás de Olivença, no sul da Bahia, em Ilhéus, realizam todo ano uma caminhada de sete quilômetros que corresponde aproximadamente a uma légua em memória do “Massacre do Cururupe”³⁰ para exigir direitos e também em memória de seus mártires. Entre os direitos está a demarcação do seu território já reconhecido pelo Estado desde 2008, mas ainda não homologado.

Para proteger seu território e evitar invasões são realizadas as “retomadas”, que constituem ações objetivando sua autodemarcação, mas constantemente ruralistas e outros interessados nestas terras movem ações judiciais solicitando a Reintegração de Posse, aumentando a violência na região, não raro o judiciário preservando o interesse dos ‘proprietários’ define a autodemarcação e as retomadas como invasão dos ‘índios’.

Nesse sentido, cabe definir que na concepção dos povos indígenas, as retomadas constituem um movimento legítimo de recuperar o território ancestral que lhe foi usurpado no processo da colonização, da expansão agrícola, da mineração, da extração de madeiras, do garimpo legal e ilegal, projetos desenvolvimentistas do Estado brasileiro.

Uma vez naturalizado o conceito da propriedade capitalista há um entendimento comum de que a terra é propriedade privada e de pertencimento daquele que

²⁹ Campos, Silva. Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

³⁰ O contraponto indígena numa leitura “decolonial”, onde para os Portugueses houve uma guerra para os indígenas foi massacre. Apontamos como um processo de compreensão dentro da “decoloniedad” ou movimentos que buscam compreensão da história a partir da perspectiva da resistência e das insurgências dos povos que na visão dos colonizadores foram submetidos e derrotados, mas não só uma perspectiva de compreensão do passado, mas um movimento do presente que atua no enfrentamento ao capitalismo e no fortalecimento de um mundo já em construção como dizem os Zapatistas “Um mundo onde caibam vários mundos”. Um mundo que contemple toda a diversidade. Para saber mais indico, Quijano, Franz Fannon, Catherine Walsh, Boaventura de /Souza Santos e leituras das produções indígenas de Case Angatu, Ailton Krenak e tantos outros.

venha a adquiri-la por compra. No que diz respeito às terras indígenas, seja no próprio entendimento secular destes povos e também na interpretação dos direitos indígenas, de acordo com a Constituição de 1988, em que a terra conta como direito originário³¹:

“O Capítulo VIII da Constituição, intitulado “Dos Índios”, em seus artigos 231 e 232 explicitam o reconhecimento à identidade cultural própria e diferenciada dos povos indígenas, bem como, os seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Nota-se que, em que pese tais direitos não estejam dispostos no rol dos direitos e garantias fundamentais, os mesmos são compreendidos como tais, portanto, de aplicação imediata”.

A escolha dos Tupinambás de Olivença como exemplo não foi aleatória, trata-se de um povo que na historiografia oficial consta como extinto, que hoje luta não só pelo reconhecimento da sua etnia, mas também por sua terra ancestral, entretanto não são os únicos, no Brasil de sul ao norte podemos encontrar referências de resistência, como os Guaranis Kaiowás no Mato Grosso do Sul, os Guaranis em São Paulo no Pico do Jaraguá e muitos outros.

Por fim, mas não o final, numa entrevista, a Antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, sobre o “Futuro dos Índios no Brasil”³², faz a seguinte observação ao responder sobre o aumento demográfico da população indígena de 250 mil em 1993 para 897 mil segundo o censo de 2010:

O grande aumento da população indígena se deu no período de 1991 a 2000. Entre 2000 e 2010, o aumento foi proporcionalmente menor do que na população em geral. Só uma parcela desse crescimento pode ser atribuída a uma melhora na mortalidade infantil e na fertilidade. O que realmente mudou é que ser índio deixou de ser uma identidade da qual se tem vergonha. Índios que moram nas cidades, em Manaus por exemplo, passaram a se declarar como tais. E comunidades indígenas, sobretudo no Nordeste, reemergiram.

Para compreendermos os diversos modos de resistência dos povos indígenas, os processos de etnogênese, indigenização, reemergência étnica, reindianização contribuem significativamente por serem capazes, de certa forma, demonstrar que os movimentos indígenas vêm ganhando força e expressão, tanto nacional como internacionalmente, como diz Manuela Carneiro da Cunha: *ser índio passou a ser uma identidade da qual se tem orgulho.*

³¹ Acesso em: <https://cimi.org.br/2018/05/terra-tradicionalmente-ocupada-direito-originario-e-a-inconstitucionalidade-do-marco-temporal/>

³² Acesso em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/02/18/o-futuro-dos-indios-entrevista-com-a-antropologa-manuela-carneiro-da-cunha/>

Os movimentos indígenas incluem as conquistas legais na Carta Constitucional de 1988, mas não só, houve também a visibilidade atingida pelas denúncias em todo o planeta com atos em defesa dos seus direitos:

Pelas mortes causadas por pistoleiros;

Pela invasão de seus territórios por meio da agroindústria, das mineradoras, dos garimpos ilegais e outros;

Pelo papel do Estado em promover o enfraquecimento e sucateamento das entidades criadas para a defesa de seus direitos, a exemplo o desmantelamento da Funai (atualmente dirigida por interesses contrários aos dos povos indígenas), como também em relação aos equipamentos de saúde indígena;

Desmatamentos e tantos outros ataques movidos, como já dissemos, pela ganância e ambição dos capitalistas.

É fundamental lembrar das entidades como a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil-APIB que tem organizado o Acampamento Terra Livre em Brasília e coordenado o encontro de povos indígenas de todo o país, as retomadas de territórios ancestrais, a intensa busca por visibilidade pelos indígenas que hoje vivem nas cidades (considerados como não-índios) que também lutam por direitos, segundo a compreensão de que se é 'índio' em qualquer lugar, portanto na condição de 'índio' deve ter seus direitos preservados, incluindo que o Estado garanta que mesmo nas cidades seu modo de vida seja respeitado, como exemplo o Povo Pankararu que vive na favela do Real Park em São Paulo e mantém seus rituais, como o Praiá³³.

³³ A ancestralidade, a reger a fé e força do povo, é personificada nos Praiás, indígenas cobertos com uniforme de fibra de caroá, que conduzem o Toré aos som dos toantes, maracás, manifestando a força encantada aos presentes. Segundo a cosmologia Pankararu os Encantados são entidades que estão presentes em toda a terra indígena enquanto elo entre aqueles que fazem parte do mundo humano e a entidade maior que não está presente nessa terra. Acesso: <https://jornalistaslivres.org/tradicao-pankararu-umbu/>

³⁴ A nomeação do pastor Lopes Dias, em 05 de fevereiro de 2020, para a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai, é antropólogo e trabalhou formalmente de 1997 a 2007 na Novas Tribos, atuando na evangelização do povo indígena Matsés, no Vale do Javari, região que concentra o maior número de índios isolados no Brasil, deixa claro a intenção de dar prosseguimento ao processo de evangelização dos indígenas. A "Novas Tribos" já foi expulsa pela Funai das terras do povo Zo'é em 1991, acusada de impor a doutrina cristã e espalhar doenças. Em 2015, a corrente foi denunciada pelo Ministério Público Federal de se aliar com exploradores de castanha-do-pará que escravizavam indígenas. Esse caso ganhou destaque na medida que a nomeação do pastor coloca em risco os índios isolados. O também antropólogo Edward Mantoanelli Luz que fez lobby para a indicação do Pastor Lopes dias declarou à Agência Pública consultor da Federação da Agricultura e Agropecuária do Pará, Faepa. "Nós vamos voltar aos Zo'é". Em entrevista Edward Gomes da Luz, o pai de Mantoanelli, em 2011, durante o 11º Congresso Brasileiro de Missões, organizado pela Associação das Missões Transculturais do Brasil, a AMTB. À época, ele foi contundente sobre a intenção de retomar o trabalho de catequização dos Zo'é, dando de ombros ao impedimento legal e constitucional: "Nós vamos voltar para os Zo'é. Não sei como, mas nós vamos voltar". Em seguida, reforçou: "A pessoa ou vai ajoelhar voluntariamente, adorando [ao deus cristão], ou vai ajoelhar obrigatoriamente,

Enfim, cabe destacar um trecho de uma fala do Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro:

“Entendo que índio não é um conceito que remete apenas, ou mesmo principalmente, ao passado – é-se índio porque se foi índio –, mas também um conceito que remete ao futuro – é possível voltar a ser índio, é possível tornar-se índio. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado.”

Cada povo a seu modo e de acordo com seu universo cultural resistiu e ainda resiste às investidas do homem branco. Davi Kopenawa os chama de “o povo das mercadorias” e,

Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados por um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água dos rios. Agora querem fazer a mesma coisa com a nossa terra.

Uma caracterização muito apropriada, afinal sempre foi pela terra como mercadoria que os brancos declararam guerra aos povos indígenas. Foi assim na colônia, no império e, é assim na república. O Estado segue interferindo, os missionários do século XXI insistem em catequizar como no passado colonial, recusam-se a reconhecer que estes povos têm direito à sua espiritualidade³⁴, ou “torná-los brasileiros”, mesmo que para isso seja preciso destituí-los de sua identidade³⁵.

Abordar a Resistência e traçar um panorama das lutas pela terra e a sustentação dos seus universos culturais pressupõe escolhas difíceis de se fazer considerando que ao longo destes mais de 500 anos a prática do Estado se manteve inalterada e os povos indígenas resistem a partir do universo cultural de cada povo. Não é possível identificar uma forma de luta que reúna todos, exceto o interesse que permeia a todos: **a defesa da terra, parte da essência de cada indígena.**

Como uma breve conclusão, quero antecipadamente esclarecer que se trata de um enorme desafio tratar questões como as que me foram propostas para a elaboração deste pequeno artigo.

temendo [ao deus cristão]”. Acesso à matéria completa em: <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=204984>.

³⁵ Os índios são nosso exemplo. Um exemplo de resistência secular a uma guerra feroz contra eles para desisti-los, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os “cidadãos civilizados”, isto é, brasileiros pobres, sem-terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços – seus corpos – para enriquecer os pretensos novos donos da terra. Castro. Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria. Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016.

As lutas indígenas são *decoloniais*³⁶, um conceito que remete a pensá-las como um enfrentamento permanente às práticas coloniais que persistem ao longo dos séculos, e mudaram de forma, mas nunca de objetivo, permite também pensar que são lutas de enfrentamento ao capital, principalmente por haver povos que querem manter sua existência coletiva e negar a concepção da propriedade privada (eixo de sustentação do capitalismo), querem a terra não como produtora de bens e riquezas, mas morada dos encantados, dos espíritos, do sagrado que é diverso para cada um dos povos. Por isso ouvimos tanto falar: “*Para que tanta terra se lá não se planta nada?*”. O que julgam como uma atitude de vagabundos ou preguiçosos.

Na minha compreensão, antes de tudo, precisamos nos despir do muito que aprendemos sobre os indígenas, ouvir o que eles têm a dizer sobre eles próprios e é fundamental para isso a **alteridade**.

Quero fechar este texto com um outro texto de autoria do Sociólogo português Boaventura de Souza Santos,³⁷:

O que é diverso não é desunido,
O que é unificado não é uniforme,
O que é igual não tem que ser idêntico,
O que é desigual não tem que ser injusto;
Temos o direito a ser diferente, quando
a igualdade nos descaracteriza.

³⁶ A palavra *decolonial* está sendo usada do espanhol, significa, como define Catherine Walsh: “o *decolonial* – e a *decolonialidad* – não são abordagens novas, nem são categorias teórico-abstratas. Desde a colonização e a escravização, têm sido os eixos de luta dos povos sujeitos a esta violência estrutural, assumida como atitude, projeto e posição – política, social e epistêmica – perante (e apesar) das estruturas, instituições e relações de sua subjugação. * WALSH, CATHERINE. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado**. Tabula Rasa. Bogotá - Universidad Andina Simón Bolívar, Ecuador, Recibido: enero 30 de 2008 Aceptado: junio 23 de 2008, - Colombia, No.9: 131-152, julio-diciembre 2008 ISSN 1794-2489 - cwalsh@uasb.edu.ec

³⁷ LA REINVENCION DEL ESTADO Y EL ESTADO PLURINACIONAL. Boaventura de Souza Santos. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Profesor de la Universidad de Coimbra y Distinguished Legal Scholar en la Universidad de Wisconsin. Versión revisada de la charla dictada en Santa Cruz de la Sierra, en 3 de abril de 2007. 3 <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522329-o-futuro-dos-indios-entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha>

4. VOZES DA RESISTÊNCIA

Parem de podar as minhas folhas e tirar a minha enxada. Basta de afogar as minhas crenças e torar minha raiz. Cessem de arrancar os meus pulmões e sufocar minha razão. Chega de matar minhas cantigas e calar a minha voz. Não se seca a raiz de quem tem sementes espalhadas pela terra pra brotar.

Eliane Potiguara³⁸



*Meu nome é **Awa Kuaray Werá - Homem Brilho do Sol**, nome dado pelo Pajé da minha aldeia, é assim que é escolhido os nomes das crianças indígenas.*

Aqui na cidade sou conhecido como Gilberto Awa. Sou indígena do povo tupi do Estado de São Paulo. Nasci na terra indígena Bananal no município de Peruíbe, litoral Sul, e minha família está “espalhada” por diversas aldeias do Estado de São Paulo.

Minha vinda para Guarulhos se deu pela necessidade de um tratamento médico, durante este processo conheci a Prof.^a Cida Benet que fazia um trabalho com os indígenas Kariri Xocó, Terena, Pankararé, Pankararu e Fulni-ô, residentes na cidade. *Daí iniciou minha trajetória no movimento de luta pelos direitos dos indígenas na cidade, foi um caminho difícil, enfrentamos vários desafios pelo reconhecimento da identidade indígena no contexto urbano.*

Então resolvi criar uma associação indígena, que tinha como objetivo garantir o direito de todos os indígenas que viviam na cidade. Foi difícil escolher o nome da associação que representaria as várias etnias existentes na cidade, por fim escolhemos o nome **Arte Nativa Indígena**.

Sempre busquei dar visibilidade aos indígenas e suas manifestações culturais. Em 2008, conseguimos realizar o **1º Encontro dos Povos indígenas na cidade**

³⁸ Prof.^a Eliane Potiguara é escritora, poeta, ativista, professora, empreendedora social de origem étnica potiguara de seus avós, migrantes nordestinos. É formada em Letras e Educação pela UFRJ e extensão em Educação e Meio ambiente pela UFOP. É contadora de histórias. Disponível em <http://www.elianepotiguara.org.br/>

de Guarulhos, onde houve a elaboração de um documento com várias reivindicações sobre saúde, educação, moradia, território, resgate e fortalecimento da Cultura Indígena, que foi entregue aos segmentos do poder público.

Tivemos outro avanço importante: a criação de Grupo de Trabalho Indígena Permanente, com representantes das etnias que residem na cidade e do poder público. Em 2013, participamos da **1ª Conferência Municipal de Saúde Indígena**, um marco na história deste grupo, pois foi a única realizada no Brasil com indígenas do contexto urbano. Inauguramos também uma Unidade Básica de Saúde referência em Saúde Indígena no bairro Soberana, onde os profissionais de Saúde receberam formação pelo Projeto Xingu e em 2018 conseguimos a segunda unidade de Saúde Indígena a UBS Cabuçu.

Hoje, temos uma referência muito importante para os indígenas da cidade de Guarulhos a **Aldeia Filhos Desta Terra**, resultado da nossa primeira retomada, localizada no Cabuçu, um espaço multiétnico onde convivem as etnias **Guajajara, Pataxó, Fulni-ô, Pankararu, Pankararé, Wassu-cocal, Tupi, Xucuru e Kaimbé**. Foi uma forma que encontramos para resgatar e fortalecer nossa história, por isso desenvolvi o projeto: **Resistência Indígena em Guarulhos**, voltado para a implantação da parte cultural da aldeia.

A luta dos indígenas não cessa, ainda mais agora que as diferentes esferas do governo não têm olhar para as necessidades dos nossos povos, ou ainda pior, como as ações adotadas pelo Governo Federal, um exemplo disso é o *Marco Temporal em tramitação no Supremo Tribunal Federal, que se aprovado todas as aldeias que foram demarcadas depois de 1988, ano da criação da Constituição Federal, serão desfeitas. Mas nossa história não começou em 1988 estávamos aqui antes de 1500.*



Sou Sílvia Ribeiro dos Santos, pertencente a etnia Kaimbé, povo originário da cidade de Euclides da Cunha – BA, onde está minha aldeia Massacará – um território já demarcado.

Nasci na cidade de Guarulhos, meu pai, também indígena, veio há muito tempo para São Paulo, em busca de oportunidade de trabalho, aqui conheceu a minha mãe, também originária da Bahia, mas não indígena. Sou pertencente a etnia Kaimbé, embora não tenha sido criada na cultura, com

22 anos fui para a aldeia mãe, onde pude presenciar e vivenciá-la. Me envolvi com diversos movimentos indígenas e trabalhei como agente indígena de saúde bucal dentro da aldeia, lá conheci o meu esposo Antônio Carlos Kaimbé, pai do meu filho Antony Kaimbé, de 20 anos, sendo que atualmente moro em Guarulhos.

Durante a minha vida escolar estudei em escolas do município como também do estado de S.P. Sempre soube que pertencia a um povo indígena, mas por não viver a cultura esse fato não me afetou tanto dentro da educação, somente quando fui para a Bahia durante o ensino médio em uma escola não indígena, período em que já militava no movimento indígena e por ter um comportamento mais questionador comecei a enfrentar problemas relacionados ao preconceito, pelo fato de “não ter uma cara de índio” como muitos colegas aprenderam nos livros didáticos. *Quando ia para a escola com um cocar, um traje ou um colar as pessoas olhavam e questionavam sobre. Esse era o desafio maior encontrado na escola não indígena: o preconceito.*

Desde 2016, nós nos juntamos: eu, meu marido, meu irmão que é cacique do povo Kaimbé do estado de São Paulo e mais umas cinco famílias e começamos a participar do movimento indígena de Guarulhos. Entre alguns dos resultados alcançados gostaria de pontuar que fui a primeira agente indígena de saúde do município, com a função de atender as famílias indígenas. Vejo como necessário buscar políticas públicas voltadas aos indígenas em todos os setores, especialmente nós, indígenas, do contexto urbano por não morarmos dentro de um território urbano demarcado, passamos por muitas dificuldades e estarmos vivendo uma realidade onde não temos acesso a uma saúde diferenciada, isto é, que respeite e valorize as nossas culturas, as tradições, a espiritualidade, e isso também se aplica a todos os setores dentro do município e todo o Brasil. Passamos por muitas dificuldades, principalmente nós, *indígenas do nordeste, por não apresentarmos o estereótipo do indígena de cabelo liso, olhos puxados, baixinho e sem pelos no corpo e falando a língua materna. Por não termos nada disso ao nos apresentarmos assim, sofremos, por exemplo, quando chegamos a um órgão público e nos apresentamos como indígena, pertencente a um povo e já logo somos questionados: você é indígena? Não tem cara de índio, você fala a sua língua? Passamos por muitas situações dessa ordem.*

A luta enquanto mulher indígena é constante, o preconceito está aí, bate em nossa porta todos os dias. A sociedade ainda vê a mulher podendo ir até certo ponto, a mulher não pode estar à frente de um comando ou de um movimento, digo por experiência própria. Sofri muito dentro do movimento, na aldeia “Filhos dessa Terra”, onde era uma liderança das famílias Kaimbé e por vezes tive que debater com homens do meu próprio povo e com outros de diferentes etnias, algumas vezes indo de encontro ao que eles pensavam. Muitos tinham o entendimento que

os homens decidiam como teriam que agir e fazer, demonstrando todo o preconceito e discriminação enraizados na sociedade branca e também na indígena. Vejo que as mulheres estão buscando e conseguindo conquistar esses espaços: a fala.

No meu povo existe o cocar e existe um específico destinado ao uso dos homens, não conheço nenhuma mulher na aldeia mãe que o usa, eu tenho um e faço questão de usar, pois me entendo como uma mulher de frente, uma mulher de liderança, então por que não utilizar? É um cocar de liderança, de puxador de Toré, destinado aos homens. Faço questão de utilizá-lo, pois quero mostrar ao meu povo que sou capaz e do mesmo jeito que o Kaimbé homem tem direito eu também tenho.

Considero que é isso que temos que fazer, nos posicionarmos, falar e brigar. Podemos perder para os homens no braço, mas na palavra saímos ganhando. Ainda existe muito preconceito e discriminação, mas temos conseguido quebrar com as nossas atitudes e nosso envolvimento. *No estado de São Paulo temos a Marcha das Mulheres Indígenas que acontece no mês de setembro, há também dentro do movimento indígena o Encontro das Mulheres Indígenas no Contexto Urbano, momento de encontro para falar e denunciar, afinal, dentro das famílias indígenas há violências contra as mulheres e não podemos nos calar frente a essa situação, pois muitas vezes por medo, por respeito, porque cresceu dentro de uma tradição e uma cultura essas mulheres se calam. Enquanto mulher estou lá para falar e representá-las. Hoje, no estado de São Paulo, dentro do movimento Kaimbé tem o cacique e um conselho do estado de S.P., do qual sou uma das conselheiras.*



Sou Pedro Pankararé - Tenho 21 anos sou do povo Pankararé, nasci em Guarulhos e moro no bairro do São João. Minha aldeia fica no município de Paulo Afonso – BA, de onde é toda minha família. Sou Agente Indígena de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, o quarto indígena em contexto urbano a ocupar esta função. Tenho uma trajetória de luta pelos direitos indígenas e integro o Conselho Municipal da Saúde Indígena - órgão ligado à Coordenadoria de Direitos Humanos da cidade de São Paulo.

Tenho fortes ligações com minha aldeia na Bahia e sempre estou lá para participar de rituais e visitar os parentes. Existem muitos indígenas que vieram para a cidade em busca de melhores condições de trabalho e estudo, como foi o caso da minha família que saiu da Aldeia depois de quase dez anos de seca. Estimo que existam aproximadamente 500 indígenas da etnia Pankararé em todo o estado de São Paulo. Há outros problemas na aldeia, como os conflitos pelo território, inclusive com mortes de parentes, os quais cessaram apenas em 2002 quando conseguiram a demarcação das terras, mas depois de dezoito anos de conquista do território ainda não há segurança, devido ao atual posicionamento do governo com o Marco Temporal.

Toda minha vida escolar foi em Guarulhos. Sempre tive consciência de minhas origens indígenas, mas minha mãe pediu que eu não me identificasse como tal para ninguém, pois “as pessoas não aceitavam e maltratavam os indígenas”.

Somente no 6º ano, quando a escola em que eu estudava recebeu um grupo de indígenas da etnia Kariri-xocó para uma oficina com os estudantes, que eu me identifiquei como Pankararé a um dos indígenas deste grupo, que contou para minha professora e aos alunos, e a partir daí comecei a sofrer bullying. Busquei ajuda com a direção da escola, mas fui orientado “que deixasse isso de lado”. Esta situação se resolveu somente quando minha mãe e outros parentes foram a escola exigir uma medida, depois disso fui convidado para falar com os/as alunos/as sobre minha etnia, manifestações culturais e desafios em ser índio na cidade, a partir daí não parei mais e passei a militar na difusão da cultura indígena.

Acredito que as pessoas ainda têm uma visão preconceituosa em relação aos indígenas, como se todos vivessem “no mato e andassem pelados”. É preciso que a escola se abra para a cultura e a história dos indígenas, daí a importância de cumprir a lei 11.645/08. Assim que a pandemia acabar pretendo retomar o trabalho nas escolas, pois é uma ação que deve ser constante uma vez que a escola está sempre recebendo crianças e adolescentes novos, além de sempre ocorrer trocas na equipe escolar.

Percebo que o preconceito e a discriminação ainda são muito grandes, embora não seja da mesma forma da época de meus pais, que eram chamados pelos fazendeiros da região de “caboclos imundos”.

Hoje a língua do meu povo não existe mais, pois meus antepassados eram proibidos de falar a sua língua original que foi se perdendo com o tempo.

Quanto aos indígenas na cidade, estamos aqui porque a cidade está invadindo

as terras indígenas. Nós, indígenas, estamos enfrentando diversas lutas: pela demarcação de território (também nas cidades), contra o desmatamento e exploração da floresta, pelo não sucateamento dos segmentos voltados aos indígenas, como é o caso da saúde, de reconhecimento da história e cultura indígena: implementação da Lei 11.645/08. *Há muita coisa a se fazer!*



5. COM A PALAVRA... ROBSON DIGRISOLO A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS EM GUARULHOS: PARTICIPAÇÃO, MOVIMENTO E RESISTÊNCIA



Robson Digrisolo - Sociólogo, Professor de História aposentado da Rede Estadual, com uma trajetória intensa na Economia Solidária, como Coordenador do Núcleo de Geração de Renda na Secretaria do Trabalho/ Prefeitura de Guarulhos até 2016, um dos precursores de ações pelos direitos dos povos indígenas em Guarulhos.

O município de Guarulhos é constituído por uma diversidade étnica incluindo Povos Indígenas de várias etnias, entre elas: Tupi Guarani, Pankararé, Wassu Cocal, Pankararú, Tupinambá, Kaimbé.

Os indígenas de Guarulhos não se encontram em aldeias, mas convivendo com a população não indígena ocupando 17 bairros do município.

Em 2008, realizou-se na Cidade o **1º Encontro dos Povos Indígenas de Guarulhos**, com o objetivo de dialogar sobre a situação das comunidades indígenas residentes em espaço urbano. Tal movimento se fez e ainda é necessário, visto que as condições de vida destes indígenas em relação àqueles que vivem nas aldeias são bem diferenciadas.

Como resultado deste encontro foi construído um documento com diversas reivindicações nas áreas de saúde, educação, cultura, trabalho, assistência social e transporte, o qual foi encaminhado às secretarias competentes.

Os Indígenas de Guarulhos constituíram uma Associação denominada Arte Nativa Indígena, que constava como um espaço físico concedido pela Prefeitura de Guarulhos, alocado no Centro de Educação Ambiental Jardim City, como Centro de Referência das Populações Indígenas, que tinha como objetivo divulgar e preservar sua cultura, mas este espaço não existe atualmente.

Em resposta às reivindicações, no ano de 2009 foi criado o *Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para os Povos Indígenas*, por meio da portaria nº 1402, de 23 de abril. Instituiu para este Grupo de Trabalho as seguintes atribuições:

1. Acompanhar questões referentes aos Direitos Específicos dos Povos Indígenas;
2. Estudar e levantar dados referentes à população indígena no Município de Guarulhos;
3. Elaborar projetos para ações municipais ligados aos Povos Indígenas;
4. Implementar e executar ações possíveis que atendam reivindicações entregues por representantes das comunidades indígenas;
5. Planejar eventos culturais relacionados aos Povos Indígenas de Guarulhos;
6. Preservar a cultura indígena, inclusão social e cidadania para a população indígena de Guarulhos.

O Grupo de Trabalho de Políticas para Povos Indígenas pautou seu trabalho em documentos nacionais e internacionais ratificados pelo Governo Brasileiro que reconhecem os direitos destes povos, tais como: Constituição Federal, Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e a Declaração e o Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Declaração de Durban).

As Políticas Públicas para Povos Indígenas são transversais tem como maior desafio o envolvimento das secretarias em ações de planejamento e execução de trabalhos que atendam as demandas dos indígenas. Acreditamos ser fundamental o reconhecimento e a importância de um trabalho intersetorial, de modo que seja possível avançarmos nas políticas para Povos Indígenas.

Considerando a legislação vigente, desde sua criação, o GT de Políticas Públicas para os Povos Indígenas vinha cumprindo seu papel nas conquistas de alguns avanços, tais como:

- Realização anual do *Encontro dos Povos Indígenas*;
- Introdução da *Semana da Educação Indígena* no calendário da Rede Municipal de Educação;
- Realização de *Projeto de Promoção da Igualdade Racial*, através de *Oficinas de Cultura dos Povos Indígenas* com os/as alunos/as da Rede Municipal de Educação (uma parceria entre a então Coordenadoria da Igualdade Racial e Secretaria Municipal de Educação).

Anualmente o município realizava, no mês de agosto, o Encontro das Populações Indígenas envolvendo diversas Secretarias e instâncias da Prefeitura, bem como, a participação de indígenas do Município, aldeias do litoral e do município de São Paulo.

A Secretaria de Educação deu início com a Semana dos Povos Indígenas, que passou a ser **Agosto Indígena** nas escolas municipais, trabalhando de forma integrada ao grupo de trabalho, abordando a questão indígena de forma interdisciplinar, buscando a desconstrução inerente aos desvios próprios da tradicional figura do dia 19 de Abril como o “dia do índio”.

6. DIÁLOGOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11645/08 NO COTIDIANO DA ESCOLA

[...] Compreendi que a cultura é um rio.

Corre manso para os braços do mar, assim não existem fronteiras

Para aprender, lutar e caminhar[...]

³⁹Márcia Wayna Kambeba

Iniciamos este capítulo trazendo uma questão essencial:

Quais são os saberes sobre a história e cultura indígena apresentados aos/as educandos/as?

Na maioria das vezes a resposta a esta pergunta revela um repertório de práticas escolares que pouco favorecem a construção de conhecimentos mais ampliados sobre os povos indígenas, repetindo e perpetuando uma história fragmentada baseada no discurso do colonizador, de cunho eurocêntrico e que não nos ajuda a compreender de forma crítica o país que fomos e somos. Deste modo, o que e como se ensina a história e cultura indígena nas escolas precisa ser reformulado, como aponta as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. (2015):

[...]é oportuno reafirmar que a correta inclusão da temática dos povos indígenas na Educação Básica tem fortes repercussões pedagógicas, tanto na formação de professores quanto na produção de materiais didáticos que, por sua vez, devem valorizar devidamente a história e a cultura dos povos indígenas, tanto quanto dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, repercutindo na construção da imagem do povo brasileiro e no reconhecimento da diversidade cultural e étnica que caracteriza nossa sociedade como multicultural, pluriétnica e multilíngue. Esta ênfase é essencial, uma vez que a inclusão da temática da história e da cultura indígena nos currículos da Educação Básica brasileira, ampliando a compreensão das relações étnico-raciais no país, exige novos procedimentos

de ensino e pesquisa, o estabelecimento de novos objetivos e metas, a reflexão sobre conceitos, teorias e práticas que historicamente marcaram a compreensão sobre esses povos e de seus relacionamentos com segmentos da sociedade brasileira e com o Estado brasileiro.

O desafio que se coloca a toda sociedade é investir na superação da discriminação e reconhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, neste sentido o compromisso da escola é com a transformação das **“verdades que nos foram contadas”**.

Compreendemos que apesar do esforço de professores e professoras em tratar do tema, ainda há muito que precisamos aprender sobre os povos indígenas, assim, outro questionamento fundamental a ser feito:

O QUE CONHECEMOS SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA?

Uma questão complexa que envolve diferentes perspectivas teóricas, mas neste momento vamos trazer alguns aspectos mais prementes que definem as concepções sobre o tema, confira abaixo

GENERALIZAÇÃO

A ideia de que ao falar de um indígena falamos de todos. Um aspecto bastante forte em nossa formação, que nos leva a desconsiderar as características de cada povo, lembrando que estamos falando de 305 etnias existentes no Brasil. Imaginem a diversidade cultural presente, mas normalmente ao pedir que alguém descreva um indígena, a imagem que virá, em sua maioria, será de um único indígena, tanto em relação a aparência como em seus costumes.

ÍNDIO DE VERDADE?

Uma pergunta frequente quando alguém se depara com um indígena que não está de acordo com o imaginário social. Há um estranhamento ao ver os indígenas nas universidades, trabalhando nas cidades, atuando na política, ou até mesmo, utilizando recursos tecnológicos, como se a partir destas condições ele deixasse de ser “índio de verdade”. Esta visão reflete a permanência das referências que aprendemos nos livros didáticos.

OS ÍNDIOS QUASE NÃO EXISTEM NO BRASIL

Outro equívoco causado pelo desconhecimento de que apesar dos processos de dizimação os povos indígenas resistem e segundo o Censo IBGE 2010 são mais de 305 povos indígenas que somam 896.917 pessoas.

POVOS COM UMA CULTURA ATRASADA

Há uma crença muito arraigada entre nós sobre o que caracteriza o desenvolvimento de uma sociedade. Nossa avaliação passa necessariamente por um crivo definido por padrões ocidentais e aprendemos que as formas de organização social dos indígenas e suas manifestações culturais, são inferiores. Desconsideramos os saberes acumulados por estes povos em diversas áreas, mas alguns pesquisadores e movimentos indigenistas buscam nos alertar sobre este equívoco.

Diante destes aspectos espera-se que a equipe escolar em seu planejamento considere estes elementos e busque construir estratégias para lidar com estas concepções, a fim de superá-las.

Sabemos que não há uma forma correta de fazer valer a Lei 11.645/08, mas é importante ter alguns princípios na elaboração dos projetos e práticas sobre o tema, compartilharemos em seguida alguns pontos que podem colaborar neste processo:

1. Ampliar seus conhecimentos sobre o tema: é fundamental, atualmente há várias publicações, artigos e sites que trazem esta possibilidade (indicamos alguns no capítulo 09). Busque participar e promover com seu grupo de espaços de formação e debate sobre o tema;

2. Ensino de história e cultura indígena é o ano todo: abordar a temática sobre os povos indígenas no decorrer do ano e não apenas por ocasião de datas comemorativas;

3. Falando em data comemorativa, lembre-se: É preciso compreender o significado histórico-político das datas, estas precisam reafirmar o protagonismo dos indígenas, refletir o sentido de luta e resistência, porque celebrar uma data sem contextualizá-la ao invés de favorecer a aprendizagem dos educandos/as quanto à história e cultura indígena acaba por reforçar estigmas.

Em nossa Rede, desde 2010, procuramos enfatizar a data do dia 09 de agosto por meio do **Agosto Indígena**, onde as escolas são convidadas a participarem e também desenvolverem atividades de formação e de celebração à história e cultura dos povos indígenas.



4. Respeito à identidade indígena: ao planejar e desenvolver as atividades e eventos culturais escolha um repertório que de fato represente os indígenas.

Cuidado com imagens que refletem uma visão estereotipada, reducionista e preconceituosa dos indígenas, assim como, músicas, danças, fantasias e decorações.

Proponha discussões sobre a cultura indígena usando fotos, vídeos, música e a vasta literatura de contos indígenas, há inúmeros recursos que ajudará a diversificar as propostas.

5. Não represente o indígena com uma gravura de livro didático do período colonial:



Mostre aos educandos que os povos indígenas não vivem mais como em 1500, que muitos têm acesso às tecnologias, às universidades, como nós, mas isso não os impedem de serem indígenas e de preservarem sua cultura.

Utilize exemplos reais e explique qual é a etnia, a língua falada, o local e os costumes. Não se trata de abordar cada uma das etnias, mas é importante que os(as) educandos(as) saibam que no Brasil há 305 etnias e que cada uma tem sua identidade, rituais, modo de vestir e de se organizar, portanto é um equívoco representar os indígenas a partir de adereços como cocares e pinturas de rosto, como se toda a diversidade dos povos indígenas se resumisse a um único modelo e somente a estes aspectos.

Apresente elementos que favoreçam a compreensão sobre as contribuições dos povos indígenas para a sociedade brasileira, procure ampliar trazendo, além dos aspectos da língua, a arte e a medicina, por exemplo.

Uma boa estratégia é oferecer espaços de diálogo entre os(as) educandos(as) e os indígenas, para que eles possam falar sobre sua etnia, buscando desmistificar a figura de um índio distante de nós.



Gilberto Awá, indígena da etnia tupi-guarani e Maria da etnia Pankararé, desenvolvendo Roda de Conversa com educandos/as da Rede Municipal de Guarulhos

Amplie o repertório dos(as) educandos(as) mostrando que há indígenas que moram nas cidades, que estudam em escolas não indígenas, que são escritores(as), advogados(as), jornalistas, poetas etc.

Lembre-se:

É fundamental realizar uma pesquisa junto aos(a)s educandos(as) e suas famílias, e também com a comunidade. Podem haver indígenas bem pertinho da escola.

Trouxemos neste capítulo algumas reflexões sobre o ensino da história e cultura indígena e esperamos ter contribuído com sua prática pedagógica. Cabe ainda, reafirmar que *a educação transformadora não está somente nas políticas de governo ou em grandes projetos, está principalmente nas relações e fazeres do cotidiano escolar.*

7. ARTE E CULTURA INDÍGENA: RESSIGNIFICANDO O OLHAR

Ao longo da história da humanidade a arte sempre esteve presente em todas as diferentes culturas, acompanhando as transformações da sociedade.

Para falarmos de arte indígena, cabe primeiramente trazer um diferencial entre as sociedades indígenas e a nossa, no que diz respeito ao conceito de arte. Vários antropólogos apontam em suas pesquisas que em geral a arte para os povos indígenas não têm o mesmo significado que tem para nós, pois dentro da concepção ocidental a arte está relacionada ao estético, ou seja, onde o principal objetivo é contemplativo, enquanto que para os indígenas inexistem objetos que possuem uma função exclusivamente estética. É primordial compreendermos que nas artes indígenas, termo mais adequado diante da diversidade que se manifesta, não há uma separação entre a arte e as outras dimensões da vida, ou seja, a criação artística está no cotidiano.

A arte dos povos indígenas é composta por tudo que é produzido pelas diferentes etnias que existem no país e se traduz como um elemento de cultura e tradição fundamental para estes povos. O modo de produção artística que predomina é coletivo e partilhado. Outro ponto a ser evidenciado é que embora o senso estético seja diferente do viés ocidental (contemplativo) não quer dizer que não tenham um olhar e reconhecimento para o que é belo, neste sentido cada povo tem um jeito único e diferente de produzir beleza e de se relacionar com os objetos, corpos e sons.

Ao relacionarmos arte indígena e a Lei 11645/08 é relevante que seja possibilitado aos/as educandos/as conhecer esta dimensão dos povos indígenas, levando para a escola essa arte tão diversa e composta por elementos carregados de simbologias e sabedorias sagradas recebidas de seus antepassados.

Diante de uma grande multiplicidade da arte indígena manifesta na produção de cestarias, máscaras, pinturas corporais, música e dança, um universo tão rico, destacamos algumas destas obras:

Cerâmicas

A cerâmica Marajoara é produzida pelos indígenas que habitavam inicialmente a Ilha de Marajó, região do Rio Amazonas no estado do Pará.

É considerada uma das produções de cerâmica mais antigas do país e ainda hoje os indígenas desta região mantêm a cultura de produção da cerâmica.



Cerâmica Marajoara: uma das mais antigas tradições artísticas dos indígenas brasileiros

Pintura Corporal

A pintura corporal é utilizada pelos indígenas em momentos especiais, como na prática de rituais e de celebrações e varia de acordo com as ocasiões. Cada etnia indígena possui um tipo específico de pintura, que é representativa e identifica suas características, com significados diferentes, representa os papéis ocupados por cada membro. As tintas utilizadas são obtidas a partir de elementos da natureza, como na extração de óleos de sementes e flores.



Máscaras

As máscaras são uma parte importante da cultura indígena, sendo usada em rituais e festividades. O uso e a produção das máscaras são carregados de simbologias e esses objetos podem representar seres sobrenaturais e antepassados, considerados os maiores detentores de sabedoria do povo indígena.



Máscara Mãe de Vento, utilizada em rituais, produzida com madeira molongó, genipapo e urucum (Acervo do Museu de Arte Indígena).

Cestaria

Os cestos produzidos pelos indígenas eram inicialmente utilizados para armazenamento e transporte, principalmente de alimentos. Hoje em dia, também são vendidos como itens de decoração.



Fotos: Paula Morgado

Palha,
Junco,
Cipó
Sementes,
Caroços,
Madeira,
Barro,
Porongo ou cabaça,
Ossos e dentes de
animais,
Penas e plumas,
Fibras de plantas.

Arte plumária



Cocar da etnia Kayapó, que vive no estado do Pará. É utilizado em rituais especiais (acervo do Museu de Arte Indígena).

A arte plumária é produzida com plumas e penas de diversos animais. É bastante antiga, mas ainda é muito cultuada pelos indígenas brasileiros, são feitos principalmente para uso como adornos em adereços usados em momentos de festividades ou em rituais de luta. Os cocares são o exemplo mais conhecido, mas a arte plumária também pode ser utilizada para a fabricação de outros acessórios.

Para produzir sua arte, os indígenas utilizam elementos da natureza, até mesmo as tintas utilizadas nas pinturas são naturais produzidas a partir de extratos de árvores, flores e plantas, como o jenipapo e urucum.

7.1 E lá na escola...

Entrevista com o Professor de Artes, da Rede Municipal de Guarulhos: Budga Deroby Nhambiquara



Artista Plástico, com Pós-Graduação Pró-EJA IFSP/ São Paulo, com pesquisa Ensino de Arte na Educação de Jovens e Adultos das Escolas Indígenas Guarani Mbya. Graduado em Educação Artística pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012). Professor de Arte na Rede Estadual de São Paulo. Professor/Pesquisador da Cultura Indígena, Membro do NEABI- Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígena/IFSP.

1. Conte um pouco sobre sua trajetória:

Eu sou Budga Deroby Nhambiquara, filho do Cacique Itamarai Nhambiquara, neto do pajé Achelepont Nhambiquara, filho da nação Nhambiquara, criado parcialmente com os Guaranis do litoral Sul de São Paulo. Os Nhambiquaras encontram-se no norte do Mato Grosso e sul de Rondônia.

Meu pai faleceu quando eu tinha 2 anos de idade, e até os 7 anos fui criado com minha mãe e com a família de minha mãe que é “Juruá” (não indígena), a partir daí minha mãe passou a me colocar em contato com a família de criação de meu pai aqui em São Paulo nas terras Indígenas de Piaçaguera - Peruíbe/SP, por isso, embora eu seja Nhambiquara minha criação cultural é mais guarani. Na verdade, pode-se dizer que fiquei entre o mundo não indígena e indígena.

2. Comente sobre sua vida escolar: Você estudou em escola Indígena? Como foi sua entrada na escola? Quais foram os principais desafios?

Não estudei em escola indígena. Como morava com a família de minha mãe a minha vida escolar foi apenas “não indígena”. Porém *quem tem o nome Budga Deroby Nhambiquara está marcado como o “diferente” nas escolas de nosso país*. Já inicia no processo de entrada da vida escolar que eu só consegui entrar com 9 anos de idade, devido a vários trâmites burocráticos com a documentação, que até então estava na Funai/DF. Posteriormente vem a questão familiar, já

que na escola a identificação ou era “branco ou negro” e o indígena só aparecia nas revistas em quadrinhos. *Imagine como fica a cabeça de uma criança que foi ensinada na família indígena sobre quem é o índio e na escola é ensinado de forma diferente.*

3. Quanto ao ingresso na Universidade: O que te levou a escolher este curso? Houve dificuldades?Quais?

Quando entrei em um cursinho pré-vestibular comunitário minha ideia era me tornar engenheiro mecatrônico, já que eu trabalhava como eletrotécnico na época, porém com o passar dos estudos e refletindo em minha vida cheguei à conclusão que queria fazer mais que apenas bater cartão de manhã e noite em uma empresa (não menosprezando, porque todo trabalho honesto é digno). *Queria fazer mais pelo povo brasileiro, seja dentro das aldeias, como nas comunidades onde fui criado (porque dentro da aldeia passamos dificuldades, mas somos um povo forte e com marcas de príncipes pois herdamos a força de nossos antepassados, mas fora da aldeia fomos colocados como pobres e marginalizados, sendo assim escolhi o curso de Arte e a Educação, por ver, na época, como o indígena era conduzido à universidade, então meu sonho era ver o que vejo hoje, indígenas como enfermeiros e também médicos, na educação pedagogo e também matemático, físico, artista plástico, como no meu caso: registrado como indígena, fui o primeiro professor de Arte formado no Brasil, inclusive o primeiro na UNESP, um orgulho para mim, mas o mais importante é ver vários outros indígenas escolhendo essas áreas, como no caso de um ex-aluno líder guarani na Terra de Araribá, região de Bauru que hoje é formado em geografia. Ou seja, inspirar, esse foi o meu objetivo principal, que até hoje persigo.*

Dificuldades? Sim, infelizmente, primeiramente porque cheguei em uma universidade pública sem ajuda do governo. Inicialmente, tive de viver com ajuda de três estudantes não indígenas que me acolheram na república e me ajudavam inclusive com o transporte. Posteriormente veio a dificuldade em acompanhar os conteúdos (ressaltando que na época não havia vagas ou cotas nas universidades estaduais em São Paulo), ainda mais tendo que trabalhar em período integral (estudante que trabalha sofre mais). Além disso, *lidar com o preconceito, ouvir frases como “Índio não tem que sair de suas terras e vir para as nossas leis, é cada um na sua tribo”, ou “O Budga tem que voltar pra sua Tribo” e a frase que não sei se coloco como afronta ou elogio “Índio acima da média irrita”, entre outras situações.*

4. Como tem sido sua experiência como Professor de artes?

A verdade é que ser professor no nosso país é desafiador, de arte então, é muito mais. Quando um professor quer fazer seu trabalho de forma coerente e bem feito é complicado já que por muitos anos a disciplina Arte foi colocada como “um momento de lazer”. Porém, tenho adquirido experiências maravilhosas, mas com muitos desafios: material no geral é escasso (isso como um todo no país) e não temos um local apropriado para nossa aula (um atelier, um espaço para trabalhar teatro ou dança), mesmo assim vejo *tanto o processo quanto o resultado dos alunos de forma magnífica, cada trabalho um resultado diferente, uma história a ser contada pelos alunos. Então, posso dizer que “me decepcionei” com a situação que o professor é posto no país, porém me realizo em sala de aula ao ver as possibilidades que cada aluno conquista com minhas aulas.*

5. Recentemente no Encontro das Artes, você apresentou seu Projeto, nos conte um pouco como foi o desenvolvimento com os(as) educandos(as)?

No trabalho que desenvolvo procuro *“possibilitar que o aluno enxergue o outro como ele mesmo”, assim quando eu falo sobre os povos indígenas deixo claro que “Eles não”, “Eles somos Eu e Você”.*

Iniciei minha carreira como professor em 2010 na Rede Estadual, onde se falava sobre *como levar o conhecimento dos povos indígenas para dentro das salas de aula, e eu como indígena me vi na obrigação de repensar isso, já que tudo que vinha sendo ensinado era o “Índio com cabelo em forma de cuia, andando pelado e falando o tupi-guarani”.* Partindo daí venho trabalhando com os alunos a importância do olhar empático, trazendo o *Ubuntu* (filosofia africana), promovendo aos alunos uma reflexão sobre a miscigenação brasileira, ou seja, todos nós somos índios e negros, assim como nossa descendência europeia, buscando incentivar o orgulho sobre isto e possibilitando que aprendam para além do eurocentrismo.

Como professor de arte o leque que é aberto traz formas maravilhosas para desenvolver essa temática, o que trabalho com as artes visuais, teatro, dança e, claro, a música. Um exemplo disso são os espetáculos teatrais que meus alunos produzem e as obras em escultura e pintura. A exemplo, *se vou trazer a história da*

escultura grega, então posso fazer a comparação com a arte indígena, ou quando vou trabalhar a produção de máscaras gessadas abordando Comedia Dell'arte, é possível falar sobre as etnias indígenas e suas histórias produzindo máscaras com pinturas dos povos indígenas.

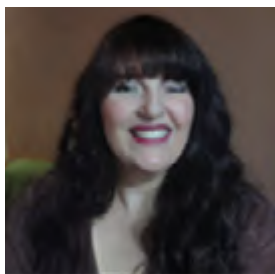
Além, é claro de um trabalho que realizo intitulado “Socializando Com Arte’S”, onde os alunos se juntam arrecadando alimentos, roupas, brinquedos e levam em uma visita à aldeia Guarani, no Litoral Norte de São Paulo. Lá, eles passam o dia com os moradores da aldeia, aprendem um pouco sobre a cultura e seu modo de vida, vivenciam o cotidiano indígena em uma troca de saberes, finalizando com um jogo de futebol entre eles.

6. Você conhece a Lei 11645/08? Você avalia que as escolas têm trabalhado a história e cultura indígena no decorrer do ano, ou apenas como uma data comemorativa?

Sim, não só conheço como embaso meu trabalho nesta lei.

A aplicação desta lei tem sido motivo de discussão em diversas esferas da educação, porque muitos professores relutam em trabalhar a cultura indígena e a africana e afrobrasileira. Isso sempre depende da escola, encontrei em várias escolas professores que se esforçam e fazem um ótimo trabalho, mas há também aqueles que querem comemorar o dia 19 de abril e o 13 de maio, mesmo sabendo que há muito mais a se ensinar. *É uma jornada longa, mas é para isso que estamos aqui, para que possamos juntos revirar e mudar esse quadro que há mais de 500 anos foi imposto sobre: quem devemos ser, levar a verdadeira história e conhecimento, porque quanto mais se conhece sobre quem é o índio menos preconceito haverá neste mundo.*

8. COM A PALAVRA... PROF.^a DR.^a BETANIA LIBANIO: MAROMOMI⁴⁰



Prof.^a Dra. Betania Libanio Dantas de Araújo, licenciada em Educação Artística com especialização em Artes Plásticas - Belas Artes de São Paulo, Mestra em Artes Visuais -Unesp e Doutora em Educação - USP. Atualmente, é professora da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, no Departamento de Educação. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino-aprendizagem em artes, artes visuais, educação escolar, desenho de humor e quadrinhos.²⁹



Com 370 milhões de pessoas as comunidades indígenas se espalham em 70 países do mundo. No Brasil são 800 mil⁴¹.

O dia 9 de agosto é a data da primeira reunião do Grupo de Trabalho das Nações Unidas para discutir e assegurar os direitos humanos e proteção destes povos⁴².

Em nosso país há cerca de 305 etnias⁴³, com aproximadamente 274 idiomas indígenas diferentes. Apesar de serem os habitantes originais de nosso continente, “no currículo escolar, por exemplo, as discussões acerca da população indígena costumam se restringir ao período durante e pós-colonização”. E o que falar sobre o antepassado indígena no continente americano e brasileiro?

A teoria mais aceita é que, no período glacial, formou-se um “subcontinente” denominado Beríngia, na região que hoje é conhecida como estreito de Behring. Esse subcontinente ligava o nordeste da Ásia ao norte americano, criando uma ponte que possibilitou a passagem desses antepassados entre cerca de 15 mil e 10 mil anos atrás. Desde então, após a chegada ao continente,

⁴⁰ Este texto é um bate-papo com o(a) professor(a) e apresenta algumas sugestões de ações com os(as) alunos(as).

⁴¹ <https://www.genera.com.br/blog/os-povos-indigenas-e-suas-linhagens-no-continente-americano/>

⁴² <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4414-dia-internacional-dos-povos-indigenas-chama-atencao-para-o-papel-da-midia>

⁴³ Censo demográfico de 2010

esses indivíduos se dispersaram pela América, povoando tanto o norte quanto o sul (genera).

Nem sempre um povo indígena é originário do lugar onde vive. Na atualidade, muitos indígenas vivem em outro estado pois foram assentados pela FUNAI. Um exemplo são os indígenas que vivem em Bertioga e eram do Paraná. Viviam o constante deslocamento, metro a metro foram plantando o que chamamos hoje de floresta amazônica, jamais nascida espontaneamente, mas sim elaborada por estes povos.



Maromomi: o povo que habitava Guarulhos

O que você vê no grafite abaixo? Pesquise na internet as seguintes palavras: maromomi e guaru. Observe que há dois balões, sendo que no segundo a palavra guaru vem acrescida do desenho de um peixe. O que isso significa? Você sabe em qual lugar de Guarulhos o artista realizou este grafite?



Crédito: Guarulhos de ponta a ponta

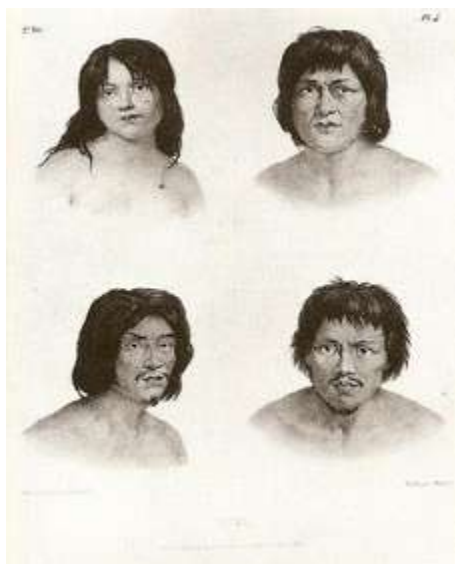
<https://guarulhosdeponaaponta.wordpress.com/historia-de-guarulhos/indios-maromomis-historia-de-guarulhos-450-anos/>

No passado brasileiro como os tupis eram guerreiros ocuparam a maior parte do litoral brasileiro e as outras tribos fugiram para o interior. Os macro-jês foram para o interior.

Os Maromomis viveram muito tempo no litoral (Caraguatatuba era chamada de Enseada dos Maromomi). Eram da família Puri. Ocupavam o imenso território entre a Serra do Mar, o Vale do Rio Paraíba do Sul e a Serra da Mantiqueira. Não usavam rede e não comiam mandioca. Era um povo andante, se alimentavam de frutas, peixes e pequenos animais. Não eram antropófagos. No séc. XIV povos de língua tupi expulsaram os maromomi e ocuparam todo o litoral do Sul e Sudeste. Assim os puris e os Guaianazes migraram para a Mata Atlântica. Maromomis foram para a Serra da Mantiqueira passando a ser conhecida como Montes-Maruminis. Eram um povo muito esportivo e jogavam em terreiro aberto. A Câmara de São Paulo em 1593 pedia para que a população do planalto não fosse à terra dos maromomis senão o sertão podia se “alevantar”. Os padres que registraram sobre os Maromomis escreveram: falam com muita pressa e muita variedade de língua, na pronúncia se parecem com os espanhóis e o entendimento é dificultoso⁴⁴.

Dizem que os tupiniquins atribuíram ao povo local o nome de guarus, por serem baixinhos e barrigudos como o peixe guaru, assim os portugueses e jesuítas adotaram o nome. No entanto tratava-se do povo Maromomi, do grupo indígena puri.

Foram desenhados pelo artista alemão Rugendas.



Descrição: **Puris acima** e Camacans abaixo
Técnica: litogravura, 22,3 x 19,5 cm
Data: Século XIX
Origem: Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, São Paulo
Artista: Johann Moritz Rugendas (1802-1858)

⁴⁴ Esta história saiu do livro **Guarulhos tem história: questões sobre história natural, social e cultural**. Omar, Elmi (org.). Prefeitura de Guarulhos, 2008.

No Brasil, existem dois troncos linguísticos: o Macro-Jê com 9 famílias, e o Tupi com 10 famílias. Há também 20 famílias que por não apresentarem semelhança não podem ser agrupadas em troncos linguísticos⁴⁵.

Para entendermos melhor, olhemos a nossa língua. O Português, por exemplo, pertence ao tronco Indo-Europeu e à família Latina. Apesar do russo ser do mesmo tronco é da família eslava. Assim entendemos o Francês e o Espanhol, mas nada do russo. Com as línguas indígenas é a mesma coisa!

Licocós: bonecas indígenas

“Os licocós despertaram cedo a atenção dos etnólogos por sua semelhança com as Vênus esteatopíguas do paleolítico europeu. [...] Mesmo sem esse paralelismo, porém, elas provocariam interesse porque constituem uma vigorosa figuração antropomórfica; e são, sem dúvida, a mais bela representação da figura humana alcançada pelos índios do Brasil. [...] Tudo isso estilizado no esforço de representar antes a imagem cultural dos Carajás, do que a figura humana.”

Darcy Ribeiro



Nossa ancestralidade...

Os lugares que os pais, avós, bisavós, tataravós nasceram dão pistas para descobrir uma ancestralidade indígena da localidade e estudar um pouco mais. Pergunte à família sobre as origens dos seus ancestrais. Pesquise a produção de cultura e arte deste povo indígena.

⁴⁵ <https://mirim.org/pt-br/linguas-indigenas/troncos-familias>

Grafismos⁴⁶

Observe como muitos povos indígenas se inspiram na linha da natureza para criar o grafismo de cesta, pintura corporal, entre outros objetos. Descubra os grafismos abaixo, crie um que possua um sentido. Pesquise um grafismo indígena da internet. O que você descobrirá?

Kayeb, grande cobra cósmica: a escultura que nasce do céu

<https://www.youtube.com/watch?v=TMKUaFifWhw>

(IPARA RYXYKARÉ): agradecimento a Nhanderu pelas águas e fontes que existem na aldeia. Ele significa o leito dos rios.



Esse desenho mostra a **trajetória dos guaranis**, são livres e sem fronteiras, quando saem de uma aldeia para outra podem voltar a hora que quiserem



(IPARA TANAMBI PEPO): Desenho da asa da borboleta. Respeito e agradecimento à liberdade, pois a borboleta sempre voa livremente e o guarani fica feliz quando ela voa ao redor de sua casa



Ypará Korá: desenhos fechados, quadrados, em forma de losango ou redondo. Significa a casa e as portas que sempre estão abertas para os parentes de outras aldeias que vem visitar ou em busca de cura para a enfermidade.



⁴⁶ Abaixo são desenhos inspirados no grafismo e texto da pesquisa O Grafismo e Significados do Artesanato da Comunidade Guarani da Linha Gengibre (desenhos na cestaria) de Alexandrina da Silva. UFSC, 2015. <https://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Alexandrina-da-Silva.pdf>

Fica a dica...

Pesquise sobre os maromomis. Vá ao googlemaps e pesquise a seguinte rota: São Miguel, Pinheiros e Barueri. Observe a localização deste povo no passado.

De onde vieram os índios brasileiros?

https://www.sescsp.org.br/online/artigo/6324_DE+VIERAM+OS+INDIOS+BRASILEIROS

Os povos indígenas e suas linhagens no continente americano

<https://www.genera.com.br/blog/os-povos-indigenas-e-suas-linhagens-no-continente-americano/>

Mapa linguístico no Brasil

<http://img.socioambiental.org/d/330306-1/linguasmed.jpg>

FUNAI. Fundação Nacional do Índio

<http://www.funai.gov.br/index.php>

IBGE. Indígenas

<https://indigenas.ibge.gov.br/>

PAMPILA, Ėliwë; PAPEH, Orino. O livro da Argila

https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2020/07/livro_da_argila.pdf

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

<https://institutoiepe.org.br/infoteca/>

VILARDAGA, José Carlos. Terras de Guarulhos.

https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13234_TERRAS+DE+GUARULHOS

Así vivo Yo.

<https://youtu.be/hVsHzldQZVg>

Arte indígena | Nossa História: Hábitos e Cultura

<https://www.youtube.com/watch?v=ky7afsv9bCk>

EJA Ensino fundamental Artes (Arte indígena) Volume 2

<https://www.youtube.com/watch?v=TMKUaFIfWhw>

Arte indígena

https://www.youtube.com/watch?v=qQUbd9z1Z_o

Grafismo e culturas indígenas: arte, manifestação cultural e tradição - CEU EMEF Butantã

<https://www.youtube.com/watch?v=VsOIR2c6XLo>

Pintura Kayapó

<https://www.youtube.com/watch?v=heX8lvyqWrk>

Grafismo Indígena: Asurini do Xingu

<https://www.youtube.com/watch?v=onah4R4uhUE>

Pintura indígena – TV Tocantins

<https://www.youtube.com/watch?v=oMa6daC6l0g>

9. LITERATURA INDÍGENA: OUTRAS HISTÓRIAS...NOSSAS HISTÓRIAS

Queremos
Encher a terra de vida
Nós os poucos (Mbyá) que sobramos
Nossos netos todos
Os abandonados todos
Queremos que todos vejam
Como a terra se abre como flor

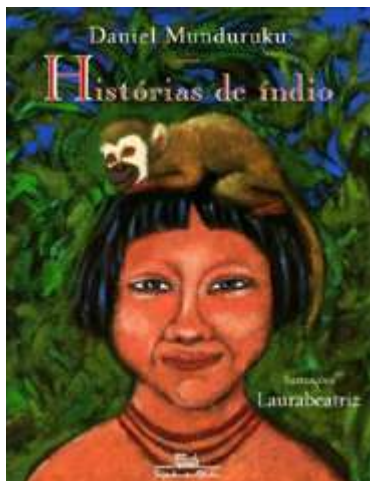
Canto Mbyá Guarani - "A terra que se abre como flor" tradução de Douglas Diegues e Guillermo Sequera, in Cantos ameríndios (Rio de Janeiro: Azougue, 2012).

Desde 2008, por meio da lei 11.645, o ensino da história e da cultura indígena brasileira durante a Educação Básica tornou-se obrigatório, mas ainda se sabe pouco sobre os povos nativos do país. Daí a necessidade de ampliar o alcance e visibilidade da literatura indígena e dos saberes ancestrais disponibilizando aos educandos títulos produzidos por escritores indígenas e/ou de temática relacionada. A produção textual indígena ajuda a recontar a história do Brasil a partir de uma perspectiva diferente da narrativa oficial conhecida. ***"A literatura é uma ferramenta de propagação de valores e de visão de mundo dos povos indígenas para muita gente, ampliando o poder de difusão de uma diversidade de saberes. Torna-se, assim, mais do que afirmação de identidade e autoestima, uma forma de preservar conhecimentos e de (re) existência", afirma o escritor Kaká Werá.***

Há uma vasta produção de literatura indígena. Preparamos algumas indicações, mas há ainda muito mais para conhecer.



Vó Coruja, de Daniel Munduruku e Heloisa Prieto, ilustrações de Daniel Kondo – ed. Companhia das Letrinhas. Cada um dos contos indígenas deste livro pertence a um povo e a uma região diferente. Em comum, possuem o fato de serem textos inspiradores e divertidos para leitores de qualquer idade.



Histórias de índio, de Daniel Munduruku, ilustrações de Laura Beatriz – ed. Companhia das Letrinhas. Um conto sobre a cultura Munduruku, crônicas e depoimentos sobre as experiências vividas pelo autor no chamado “mundo dos brancos”, além de informações gerais sobre a diversidade étnica do Brasil indígena. A edição inclui desenhos de crianças indígenas e fotos de aldeias Mundurukus.



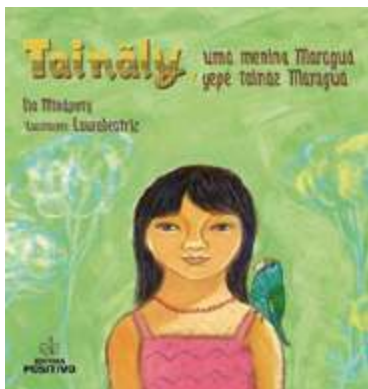
Das crianças Ikpeng para o mundo: um dia na aldeia Ikpeng, coleção: *Um dia na aldeia*, Adaptação e Ilustrações de Rita Carelli – ed. Sesi SP

Nada melhor do que conhecer uma aldeia Ikpeng tendo por guias as próprias crianças indígenas. Neste livro, Yampi, Yuwipó, Kamatxi e Eruwó nos convidam a visitar a casa do cacique, tomar banho de rio e comer frutas no pé. Entendemos as tarefas dos homens e das mulheres – e como os meninos e as meninas também colaboram com os afazeres do dia a dia, sem deixar, é claro, de se divertir com os brinquedos que eles mesmos constroem.



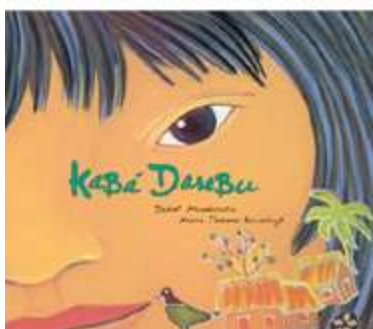
No tempo do verão, de Rita Carelli e ilustrações de Mariana Zanetti, coleção *Um dia na aldeia*, ed. Sesi SP.

Na aldeia Ashaninka, verão é tempo de farra de passarinho, pé de fruta carregado e pescaria em família. Mas é, antes de tudo, tempo de descoberta. As crianças deixam de ir à escola para aprender com os mais velhos a vida na floresta: fazer flechas, construir abrigo na margem do rio, acender o fogo, cozinhar macaxeira, fisgar peixe com arpão... Tayri, Piyãko e Bianca nos mostram que novas experiências podem ser muito divertidas.



Tainãly, uma menina Maraguá, de Lia Minápoty, ilustrações Laura Beatriz, ed. Positivo

Tainãly é uma menina Maraguá, povo indígena que vive no estado do Amazonas. Ela nos convida a conhecer sua aldeia, brincar, ver bichos da floresta e aprender muitas palavras novas. Texto bilíngue (português e língua Maraguá).



Kabá Darebu, de Daniel Munduruku, ilustrações Marie-Thérèse Kowalczyk, ed. Brinque Book.

“Nossos pais nos ensinam a fazer silêncio para ouvir os sons da natureza; nos ensinam a olhar, conversar e ouvir o que o rio tem para nos contar; nos ensinam a olhar os voos dos pássaros para ouvir notícias do céu; nos ensinam a contemplar a noite, a lua, as estrelas...”. Kabá Darebu é um menino-índio que nos conta, com sabedoria e poesia, o jeito de ser de sua gente, os Munduruku.



Um Dia na Aldeia: Uma História Munduruku, de Daniel Munduruku, ilustrações de Mauricio Negro, Ed. Melhoramentos

A obra mostra um dia na vida de um menino índio da tribo Munduruku: o que ele faz durante o dia, como brinca com os amigos, como caça, pesca e ainda como se relaciona com os outros membros da tribo. Traz glossário e mostra algumas curiosidades dos próprios Mundurukus.



As fabulosas fábulas de Iauaretê, de Kaká Werá Jecupé, ed. Peirópolis.

Conta os melhores momentos de uma das mais divertidas lendas do ideário Guarani: as aventuras da onça Iauaretê, que virou gente, e de seus filhos, Juruá e Iauaretê-mirim. Acompanhadas por desenhos de Sawara, filha de 11 anos do autor, as fábulas aqui selecionadas falam de medo, coragem, dúvida, amor, morte, paz, oportunidade, erros e acertos que vivenciamos, divertindo e emocionando adultos e crianças.



O amanhã não está à venda, de Ailton Krenak, ed. Companhia das Letras.E-book.

Há vários séculos os povos indígenas do Brasil enfrentam bravamente ameaças que podem levá-los à aniquilação total e, diante de condições extremamente adversas, reinventam seu cotidiano e suas comunidades. Quando a pandemia da Covid-19 obriga o mundo a reconsiderar seu estilo de vida, o pensamento de Ailton Krenak emerge com lucidez e pertinência ainda mais impactantes. Em páginas de impressionante força e beleza, Krenak questiona a ideia de “volta à normalidade”, uma “normalidade” em que a humanidade quer se divorciar da natureza, devastar o planeta e cavar um fosso gigantesco de desigualdade entre povos e sociedades. Depois da terrível experiência pela qual o mundo está passando, será preciso trabalhar para que haja mudanças profundas e significativas no modo como vivemos.

<https://www.amazon.com.br/amanh%C3%A3-n%C3%A3o-est%C3%A1-%C3%A0-venda-ebook/dp/B0876HG28P>

10. VALE A PENA CONFERIR...

Filmes e vídeos:

- **Índios no Brasil** - documentário

<https://www.youtube.com/watch?v=pPb4HqUFzcE>

Presentes na história do Brasil desde antes do descobrimento, no ano de 1500, os povos indígenas sofreram preconceito, discriminação e hoje são retrato da resistência cultural e religiosa no país. A partir do olhar de quatro adolescentes que visitam aldeias pelo país, trechos de filmes e depoimentos de estudiosos, a série mostra como a população indígena brasileira é vista e tratada atualmente, além de documentar a relação dessas etnias com a natureza, com o sobrenatural e com os não-índios. Fonte: <https://api.tvescola.org.br/tve/video..>

- **Série Guerreiros da Floresta** – *Canal Futura* – a série conta a história de três líderes indígenas reconhecidos pela ONU, mas perseguidos por fazendeiros e mineradoras. Eles são ameaçados de morte por lutarem contra a invasão de seus territórios na Amazônia. Alguns títulos:

- **A Formação de novos guerreiros:**

<https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/guerreiros-da-floresta/v/7615176>

- **A relação dos indígenas com os não indígenas:**

<https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/guerreiros-da-floresta/v/7468337>

- **A Formação de jovens indígenas:**

<https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/guerreiros-da-floresta/v/7559470>

- **Práticas e rituais para a defesa da floresta:**

<https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/guerreiros-da-floresta/v/7544138>

SITES:



<https://pib.socioambiental.org/> - Em 1997 elaboramos e disponibilizamos o site Povos Indígenas no Brasil - parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA) - com informações sobre os povos e a temática indígena. Criado com o propósito de reunir verbetes com informações e análises de todos os povos indígenas que habitam o território nacional, além de textos, tabelas, gráficos, mapas, listas, fotografias e notícias sobre a realidade desses povos e seus territórios, este site vem sendo, no decorrer destes anos, repensado e aprimorado por diferentes parceiros e colaboradores do programa Povos Indígenas no Brasil.



<https://mirim.org/> - O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos indígenas e tradicionais. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

O Povos Indígenas no Brasil Mirim faz parte deste projeto. Criado a partir do site Povos Indígenas no Brasil, pretende, por meio de material destinado à pesquisa escolar – no qual temas centrais se desdobram em uma série de questões organizadas pela equipe do ISA – que tem como objetivo apresentar a diversidade de povos, romper com a ideia de “todos os índios são iguais” e despertar o interesse e o respeito das crianças às culturas indígenas existentes no Brasil. Tudo isso escrito em linguagem acessível ao público infanto-juvenil.



<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php> - Vídeo nas Aldeias é um projeto que utiliza recursos audiovisuais para fortalecer a identidade dos povos indígenas e sua cultura, se concretizou a partir de uma atividade realizada na ONG Centro de Trabalho Indigenista por Vincent Carelli, que o fundou em 1986.



<https://territoriodobrincar.com.br/> - é um trabalho de escuta, intercâmbio de saberes, registro e difusão da cultura infantil. Entre abril de 2012 e dezembro de 2013, os documentaristas Renata Meirelles e David Reeks, percorreram o Brasil. Eles visitaram comunidades rurais, indígenas, quilombolas, grandes metrópoles, sertão e litoral, revelando o país através dos olhos de nossas crianças. Renata e David registraram as sutilezas da espontaneidade do brincar, que nos apresenta a criança a partir dela mesma.



<https://cimi.org.br/> - O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Tem por objetivo de lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas.



<http://www.museudoindio.gov.br/> - O Museu do Índio, da Fundação Nacional do Índio - Funai, tem como objetivo contribuir para uma maior conscientização sobre a contemporaneidade e a importância das culturas indígenas. Como instituição de preservação e promoção do patrimônio cultural indígena, empenha-se em divulgar a diversidade existente e histórica entre centenas de grupos indígenas brasileiro.



<http://danielmunduruku.blogspot.com/>

SÉRIE: "MUNDURUKANDO"

Referências

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Parecer CNE/CEB nº 14/2015. Brasília/DF.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CAMPOS. S. M.; Moraes. R.F. O Ensino de História e Cultura Indígena e Afro-brasileira: Mudanças e desafios de uma década de obrigatoriedade. In: Revista Transversos, n. 13, 2018.

PEREIRA. V. M. A arte indígena brasileira e a Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. In: Paidéia Revista. Univ. FUMEC Belo Horizonte Ano 7 n. 9 p. 145-156 jul. /dez. 2010.

RIBEIRO. Darcy. O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil. Ed Global, janeiro, 2015.

Diegues, Douglas (Org.). Poéticas indígenas - Povos Indígenas no Brasil. Kosmofonia Mbya-Guarani. São Paulo, Ed. Mendonça & Provazi, 2006.

SITES:

Arte Indígena. Significados: <https://www.significados.com.br/arte-indigena-brasileira/> - acessado em 18/12/2020.

Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – UERJ: <http://www.leddes.uerj.br/>

Literatura Indígena: outros livros, outras histórias do Brasil: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/literatura-em-movimento/literatura-indigena-outros-livros-outras-historias-do-brasil/> - acessado em 18/12/2020

Visibilidade Indígena: <https://www.visibilidadeindigena.com/> - acessado em 18/12/2020

Demarcação Já!: <https://www.youtube.com/watch?v=wbMzdkaMsd0> – acessado em 18/12/20

Extinção da Tribo Oti-Xavanti: <https://www.youtube.com/watch?v=pDTVpXlrKF4> – acessado em 18/12/2020

PRECISAMOS FALAR SOBRE...

A necessária desconstrução do imaginário social no ensino da História e Cultura Indígena

Diversidade e Inclusão



Foto: Camila Rhodes/PMG-SE

Acesse todos os volumes da
Coleção Formação 2020 em
<http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br>,
na página de Publicações e Documentos
ou pelo QRCode:

